



## RELATÓRIO ANUAL 2024



**SICOOB**  
Fluminense



# SUMÁRIO

**6**

NÚMEROS

**11**

FORÇA DE  
TRABALHO

**12**

RESPONSABILIDADE  
SOCIAL

**19**

FUNDO  
SOCIOAMBIENTAL

**21**

EVENTOS

**33**

PATROCÍNIOS

**34**

ORÇAMENTO

**36**

RELATÓRIO DA  
ADMINISTRAÇÃO

**40**

DEMONSTRAÇÕES  
CONTÁBEIS

**41**

RELATÓRIO DE  
AUDITORIA

**44**

NOTAS  
EXPLICATIVAS

# INTRODUÇÃO

**S**empre procurando avançar diante de novos desafios, o Sicoob Fluminense encerra o ano de 2024 com um olhar de que sempre é possível continuar contribuindo para que a vida dos seus cooperados se torne mais suave diante de suas aspirações de crescimento e realizações.

Nesse ano, o país sob nova direção, implantando determinadas ações voltadas para as instituições financeiras, exigiu de nós um esforço maior para suplantar algumas dificuldades. Foi necessária uma adequação para que a cooperativa pudesse seguir, cumprindo sua missão, com o mesmo compromisso e confiança, permanentes, durante estes 26 anos de existência.

Tem sido uma jornada desafiadora, exigindo de todos muita perseverança, entretanto, bastante inspiradora. A cada dia, crescemos em número de cooperados e colaboradores.

São famílias que, direta ou indiretamente contam com nosso apoio e proteção. A tranquilidade financeira faz parte de uma vida mais saudável.

Não podemos deixar de destacar o empenho e a dedicação de muitos que contribuem para que tudo isso possa acontecer.

E, você, cooperado, é nossa razão de existir! De continuar acreditando que é possível, sim, ter uma atitude diferenciada e amigável, auxiliando na realização de sonhos! Estamos juntos para um novo percurso, contribuindo para que seja uma trajetória com mais esperança e sustentabilidade.

**Vera Lúcia Chagas de Almeida**  
**Presidente do Conselho de**  
**Administração do Sicoob Fluminense**



## VISÃO DE FUTURO 2026

PROPORCIONAR

*a melhor*

**EXPERIÊNCIA  
FINANCEIRA**

*aos nossos*

**COOPERADOS**

O novo direcionamento reflete o compromisso do Sicoob em evoluir para atender às necessidades, sempre dinâmicas, dos associados. A decisão de centrar a visão na oferta da melhor experiência financeira demonstra a busca constante pela excelência e pela satisfação dos cooperados.

## DIRETRIZES ORGANIZACIONAIS



### PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



### VISÃO

Proporcionar a melhor experiência financeira aos nossos cooperados.



### VALORES

- Respeito e Valorização das Pessoas
- Cooperativismo e Sustentabilidade
- Ética e Integridade
- Excelência e Eficiência
- Liderança Inspiradora
- Inovação e Simplicidade







## OS 7 PRINCÍPIOS DO *cooperativismo*

**M**ais que um modelo de negócios, o cooperativismo é uma filosofia de vida que busca transformar o mundo em um lugar mais justo, equilibrado e com melhores oportunidades

para todos. Um caminho que mostra que é possível unir desenvolvimento econômico e desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual e o coletivo.



### Adesão livre e voluntária

As cooperativas são organizações abertas à participação de todos.



### Gestão democrática

Os cooperados votam objetivos e metas de trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade.



### Participação econômica dos membros

Todos contribuem igualmente para a formação do capital. Se houver sobras, serão divididas entre os sócios.



### Intercooperação

Atuando juntas, as cooperativas dão mais força ao movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados.



### Educação, formação e informação

É objetivo permanente destinar ações e recursos para formar seus cooperados, capacitando-os para a prática cooperativista.



### Autonomia e independência

O funcionamento da cooperativa é controlado por seus sócios, que são os donos o negócio.



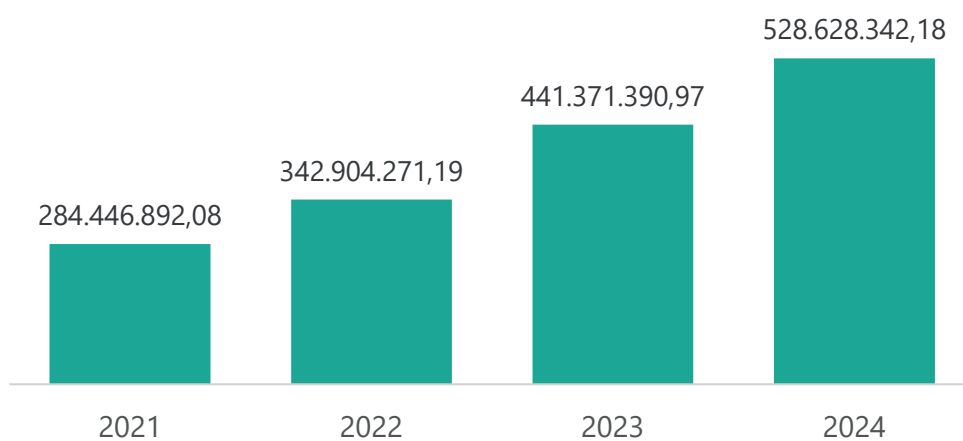
### Interesse pela comunidade

As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, por meio da execução de programas socioculturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis.

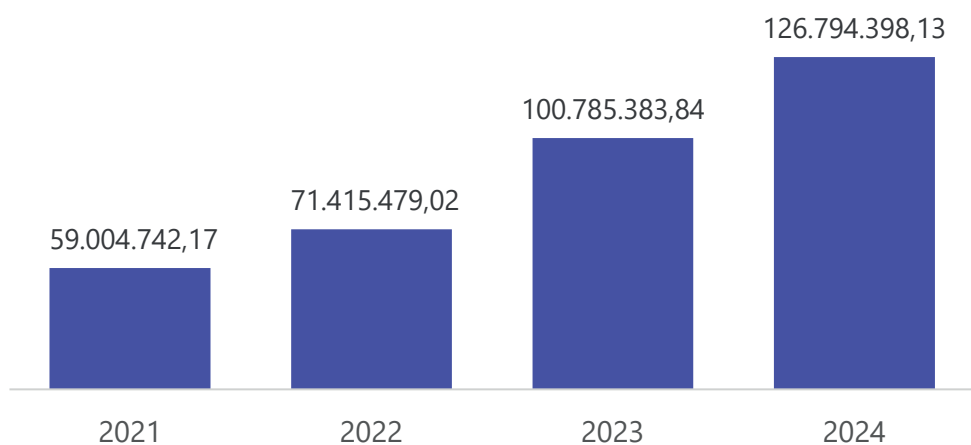


# NÚMEROS

## ATIVO TOTAL

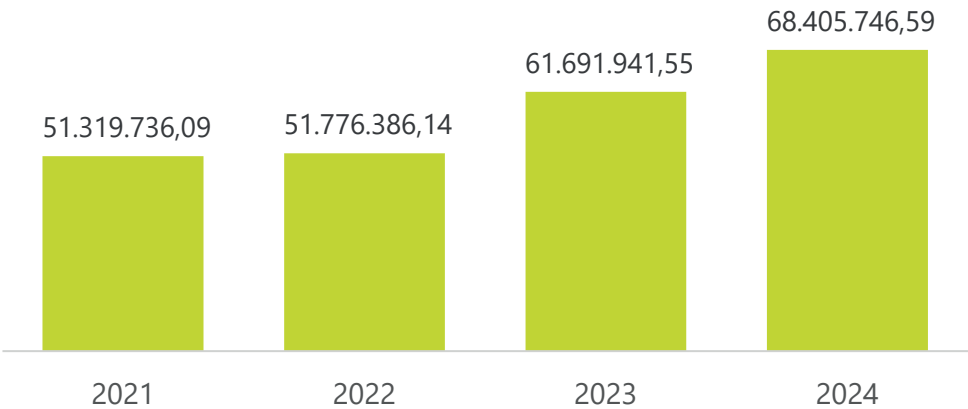


## DEPÓSITOS À VISTA

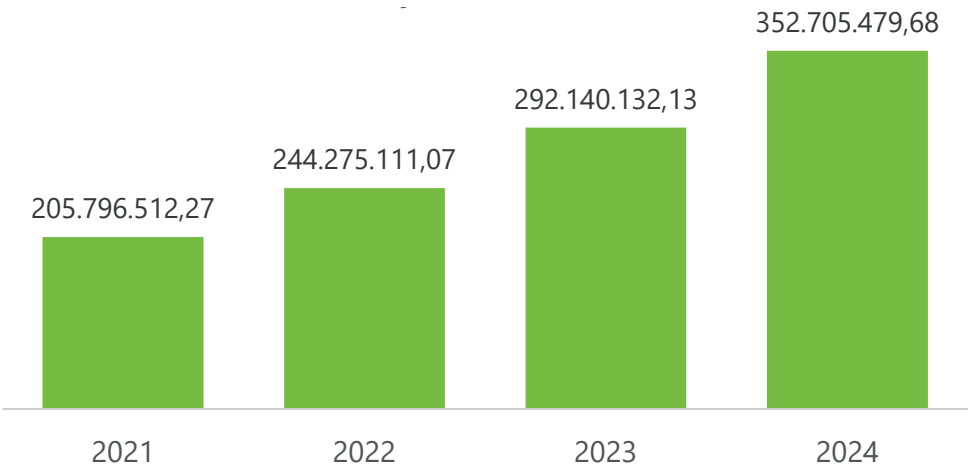




PATRIMÔNIO LÍQUIDO



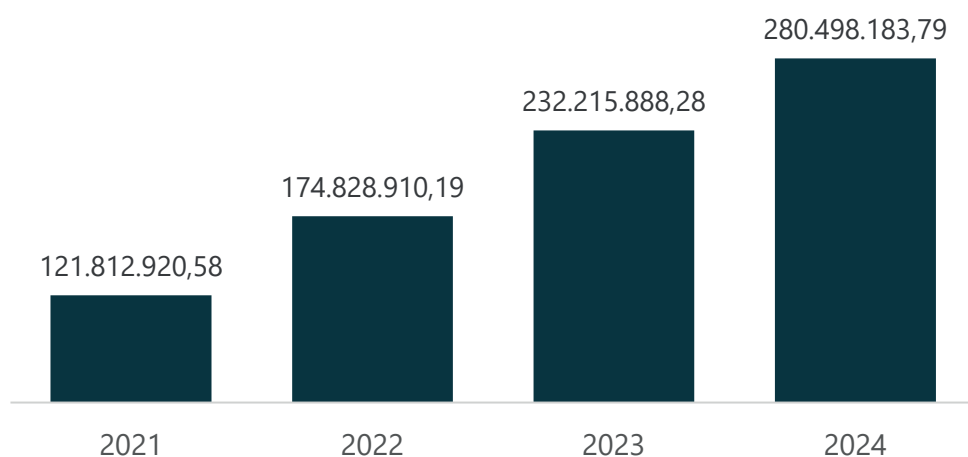
OPERAÇÕES DE CRÉDITO



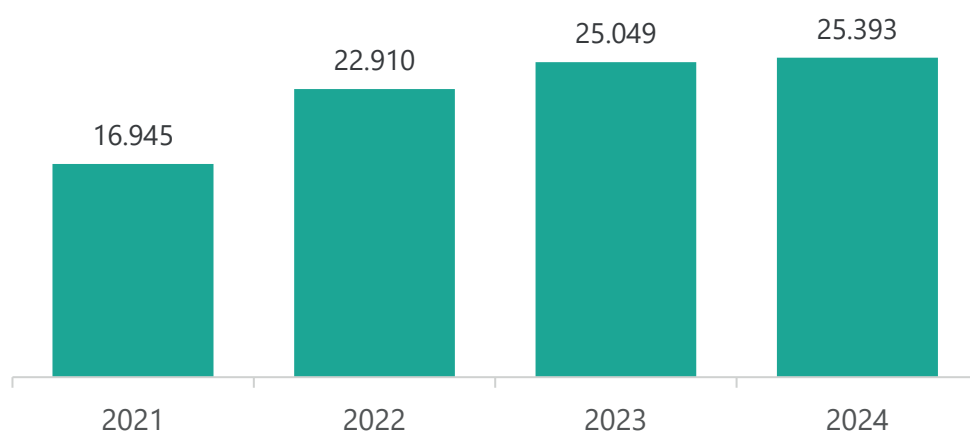


# NÚMEROS

## DEPÓSITOS A PRAZO

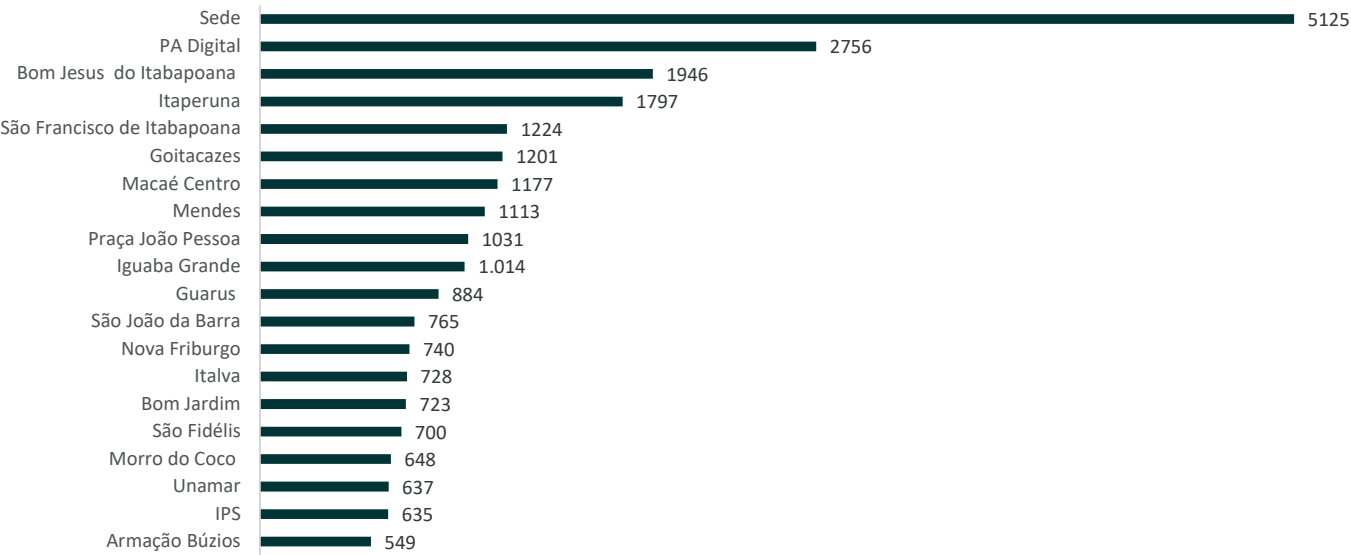


## ASSOCIADOS

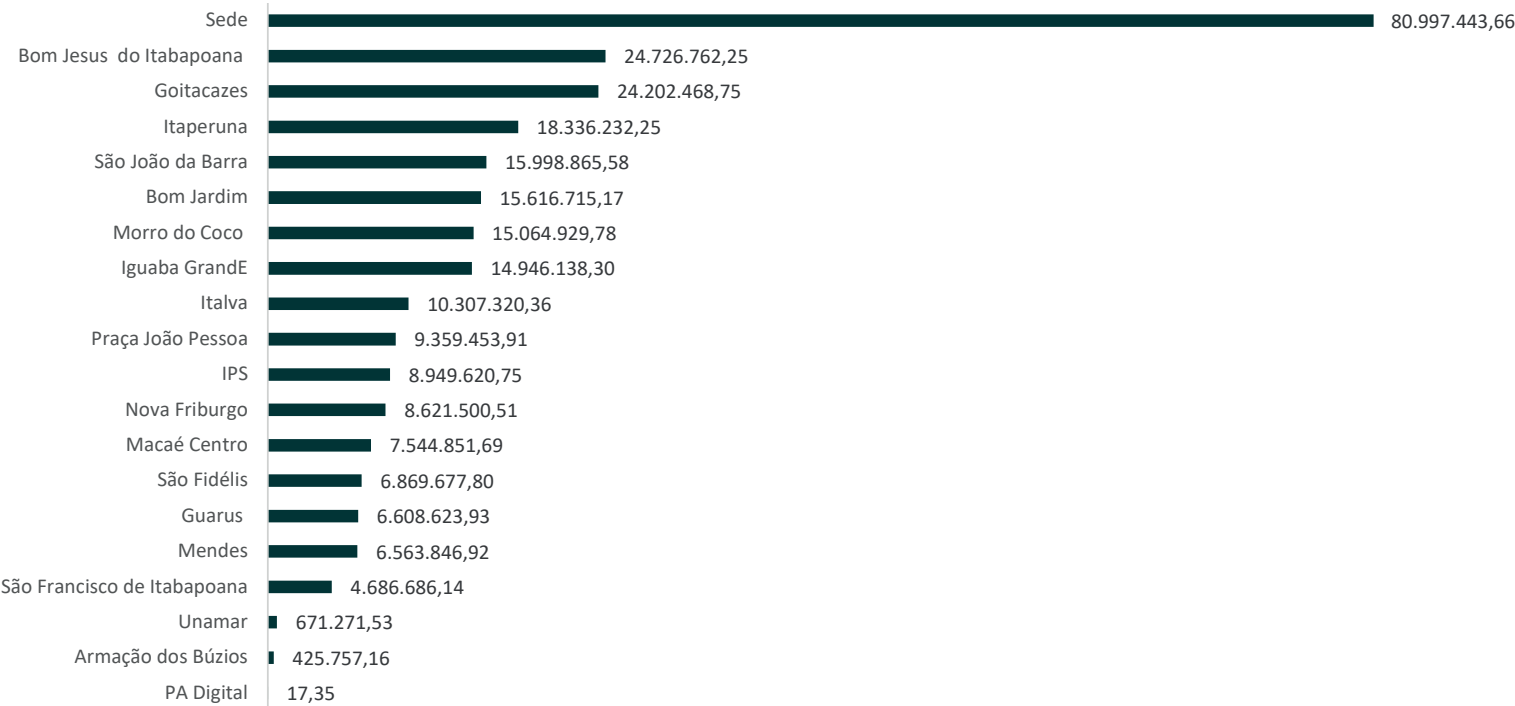




ASSOCIADOS



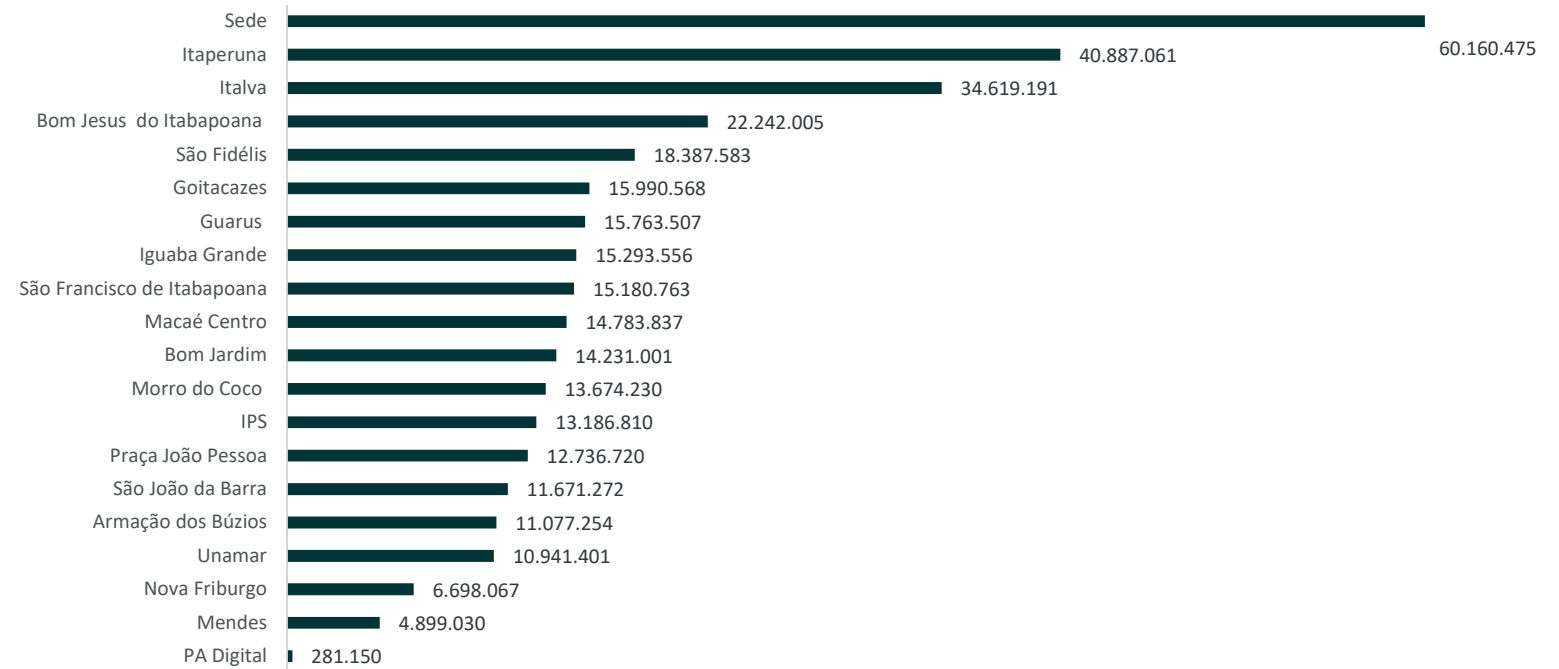
DEPÓSITOS A PRAZO





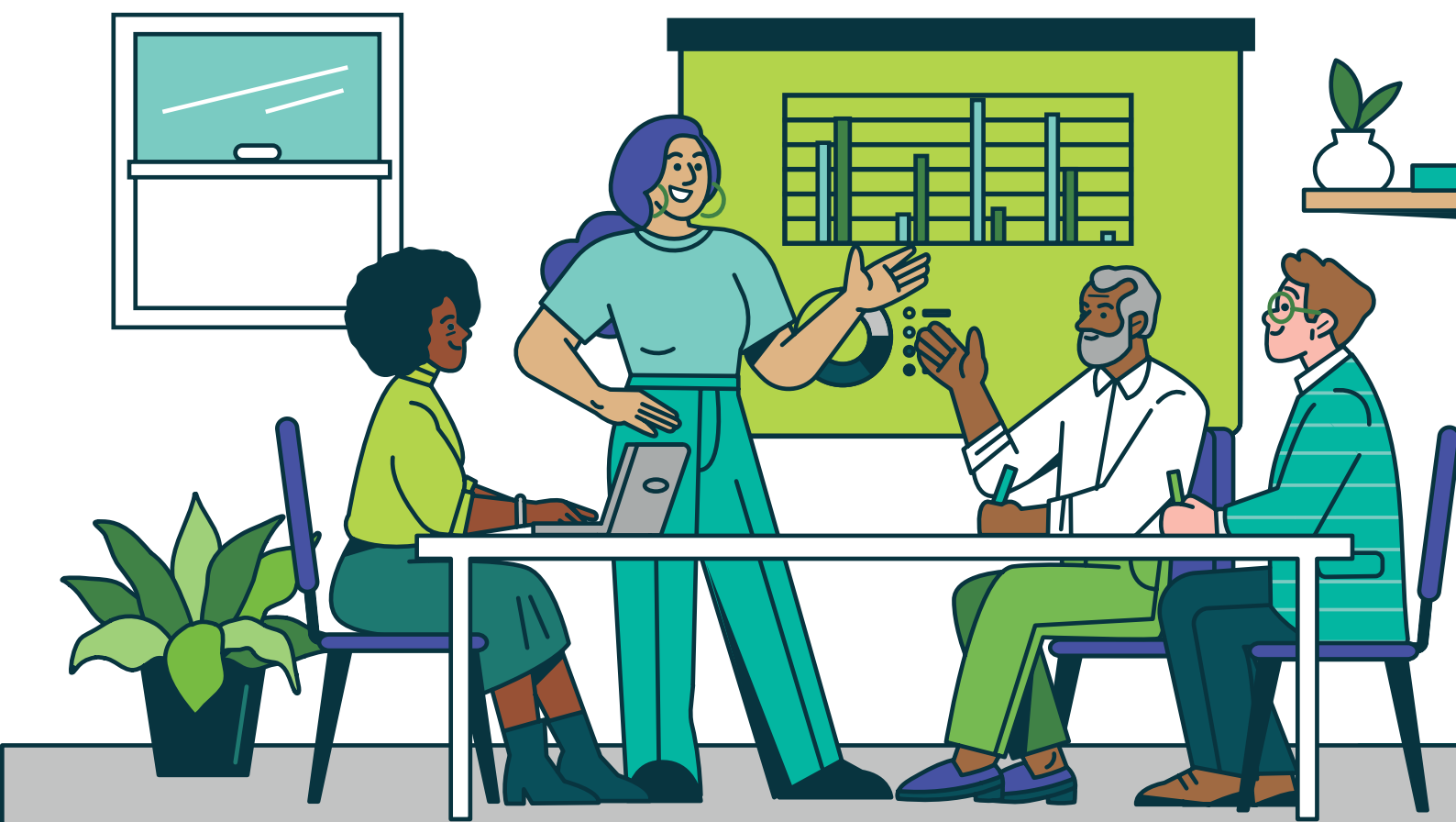
# NÚMEROS

## OPERAÇÕES DE CRÉDITO



# FORÇA DE TRABALHO

ANO	Quantidade	Capacitações
2023	17	7153
2024	15	5315





## RESPONSABILIDADE SOCIAL

\* No dia quatro de março, representantes da cooperativa participaram do lançamento oficial do projeto Pré-Jovem Aprendiz, da instituição Beneficente Obra do Salvador, de Campos dos Goytacazes. Através do Sicoob Fluminense, que indicou a instituição, a Obra do Salvador participou de um edital do Fundo da Infância e Adolescência, criado para captar e aplicar recursos financeiros destinados para a área da infância e adolescência, e foi contemplada para receber 150 mil reais para o desenvolvimento do projeto.



\* Entre os dias 18 e 24 de março, o Sicoob Fluminense desenvolveu uma série de ações na 12.ª Edição da Global Money Week, campanha internacional voltada à promoção da educação financeira junto a crianças e jovens e realizada anualmente. A cooperativa coordenou, em várias instituições e escolas parceiras, projetos de educação financeira, através de atividades lúdicas e de uma metodologia de ensino própria. A GMW visa à conscientização sobre a importância de garantir que os jovens estejam efetivamente preparados para tomar decisões econômicas sólidas e alcançar o bem-estar financeiro.



\* O Sicoob Fluminense foi uma das entidades apoiadoras do I Simpósio de Cafeicultura do Noroeste Fluminense e ABC Capixaba, que aconteceu no dia sete de março, no auditório Amanda Celeste, do Instituto Federal Fluminense campus Bom Jesus do Itabapoana. O evento foi uma realização do IFFluminense e das empresas Alqualis Jr. e Café do Agrícola, contando ainda com o apoio de órgãos particulares e governamentais.



\* No dia 18 de abril, o Sicoob Fluminense, a Obra do Salvador e o Conselho Municipal de Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campos dos Goytacazes assinaram termo que oficializa a aplicação de recursos oriundos do Fundo da Infância e Adolescência em projetos de assistência a jovens e adolescentes. A Obra foi contemplada com 150 mil reais para aplicação no projeto Pré-Jovem Aprendiz. A assinatura do termo ocorreu no auditório da sede do Sicoob Fluminense, na rua Dr. Siqueira, 278, Parque Dom Bosco, Campos dos Goytacazes.





\* O Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, fez em 17 de abril uma visita ao late Clube Lagoa de Cima, em Campos dos Goytacazes. Ele foi recepcionado, de manhã, pelo novo Comodoro do clube, Afrânio dos Santos Júnior, e diretoria. A ideia, em desenvolvimento, é a de geração de possíveis parcerias entre as instituições.



\* Entre os dias 13 e 19 de maio, o Sicoob Fluminense participou da Semana Nacional de Educação Financeira. A cooperativa atuou junto a escolas e diversas instituições com palestras, clínicas financeiras, teatro e dicas com foco na educação financeira. A Semana Enef é um evento anual, organizado pelo Fórum Brasileiro de Educação Financeira, objetivando a promoção de ações e iniciativas gratuitas que colaboram para a disseminação e o aumento da educação financeira para jovens e adultos.



\* Entre os dias 27 de maio e cinco de julho foi realizada a Campanha do Agasalho anual da cooperativa. Todas as agências do Sicoob Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, foram pontos de arrecadação. Como novidade, em 2024, os associados pessoas jurídicas também participaram do movimento recebendo doações e mobilizando seus colaboradores. Em contrapartida, a cooperativa disponibilizou a realização de palestras de educação financeira para as PJs.



\* O Sicoob Fluminense foi uma das instituições apoiadoras do 3.º Morro do Coco Trail Run, evento de corrida de rua que aconteceu no dia 25 de maio, no distrito de Morro do Coco, onde a cooperativa possui uma agência. Além de apoiar o esporte amador local, como parte do leque de ações sociais e integração com as comunidades nas quais está inserida, a cooperativa desenvolveu uma série de contatos com pessoas físicas e jurídicas.



\* Com a missão de incentivar a capacitação de profissionais da educação para a adesão ao programa Cooperativa Mirim, em Mendes, no sul do Estado, o Sicoob Fluminense desenvolveu no dia 23 de maio um trabalho de conscientização junto a professores da Escola Municipalizada João Gurito, parceira da cooperativa. A ideia foi a de fortalecer a Unicoop, a primeira cooperativa mirim do estado do Rio de Janeiro, fazendo com que mais profissionais abracem o projeto que forma cooperados e futuros líderes cooperativistas.





\* No dia 29 de maio, o Diretor-Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, representou a cooperativa na solenidade comemorativa pela passagem do 37.º aniversário de fundação da Obra do Salvador, de Campos dos Goytacazes, parceira da cooperativa. Junto da esposa, Waldira Silva, ele acompanhou as comemorações, que contaram com celebração de missa e coquetel. Eles foram recebidos pelo Padre Wallace Azevedo, Presidente da Obra do Salvador.



\* O Sicoob Fluminense foi um dos patrocinadores do Primeiro Simpósio “Caminhos de Barro: A cerâmica e suas possibilidades”, que aconteceu nos dias 28 e 29 de maio, no centro de convenções da Universidade Estadual do Norte Fluminense, em Campos dos Goytacazes. A ideia do evento foi proporcionar a ampliação do debate sobre a atividade cerâmica e suas possibilidades, a partir da imersão em pautas acadêmicas, práticas e vivências, com palestras, oficinas, mesas redondas, visitas técnicas e um espaço cultural decorado.



\* No dia seis de junho uma equipe do Sicoob Fluminense prestigiou a comemoração do primeiro aniversário do projeto Happy Hour Financeiro, do Elas Clube de Finanças, em Campos dos Goytacazes. O projeto tem o apoio da cooperativa e é um encontro presencial gratuito que acontece uma vez por mês para trazer conhecimento financeiro de qualidade, fazendo parte das ações do Elas Clube de Finanças.



\* Em seu plano de integração regional, o Sicoob Fluminense participou no dia 11 de junho do 2.º Encontro do Conselho de Desenvolvimento Local no Porto do Açú, no município de São João da Barra. A cooperativa foi representada por Maria Clara de Oliveira, Gerente de Cidadania e Responsabilidade, que é membro do conselho, especialmente criado há quatro anos, como fórum permanente de discussões e alinhamento de prioridades estratégicas de desenvolvimento das regiões.



\* No dia 27 de junho, o Diretor-Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, esteve no município de Búzios para análise de projetos e formação de futuras parcerias com o governo da cidade. Ele foi recebido pelo secretário de Administração, Messias Carvalho, e se reuniu com o Prefeito Alexandre Martins. Também participaram da reunião a Gerente de Cidadania e Responsabilidade, Maria



Clara Oliveira, o Gerente Regional Melquisedeque Nunes da Silva e o Gerente da agência de Búzios do Sicoob Fluminense, Felipe Sanchez.



\* Com apoio direto do Sicoob Fluminense, o projeto “Informática para todos”, da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Italva, foi lançado oficialmente no dia oito de julho. O evento aconteceu no plenário da Câmara. Trata-se de um curso de informática básica voltada para a comunidade, fundamentado na necessidade de inclusão digital dos moradores do município de Italva, na faixa etária acima dos 15 anos.



\* O Sicoob Fluminense foi uma das entidades apoiadoras do Mês da Advocacia 2024, realizado na região, pela 12.ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil – Campos dos Goytacazes. Na solenidade de abertura, no dia 14 de agosto, o Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, fez um pronunciamento em que destacou a importância do cooperativismo, através da parceria da cooperativa com a OAB, e os serviços prestados pelas cooperativas de crédito à sociedade.



\* Com diversas atividades programadas, como palestras e visitas coordenadas, o Sicoob Fluminense participou, de 12 a 18 de agosto da Semana do Cooperativismo, de uma promoção do Instituto Sicoob, junto a todas as cooperativas do Sistema Sicoob. O leque de ações foi aberto com uma palestra sobre Cooperativismo de Crédito. Feita pelo Diretor-Presidente, Neilton Ribeiro da Silva, dentro do projeto Visitando o Sicoob, para alunos do CIEE, no auditório da cooperativa, em Campos dos Goytacazes.



\* No dia 15 de agosto, o Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, fez uma palestra no Ministério Gileade, na rua Evaldo Costa, 1.100, Sol e Mar, Macaé. Neilton Silva atendeu a um convite para falar sobre o “Segredo do sucesso do Sicoob Fluminense”, abrangendo o cooperativismo, com especial foco no cooperativismo de crédito, tendo como exemplo, a vitoriosa história de fundação e crescimento da cooperativa.



\* O Sicoob Fluminense participou da Semana do Cooperativismo, de 12 a 18 de agosto, com um grande leque de atividades. O evento foi uma promoção do Instituto Sicoob, junto a todas as cooperativas do Sistema Sicoob, que tem como finalidade difundir a cultura cooperativista e dar visibilidade às boas práticas implementadas pelas cooperativas do Brasil. O tema da Semana do Cooperativismo 2024 foi “As cooperativas constroem um futuro melhor para todos”.





\* Fortalecendo seu trabalho de integração regional, o Sicoob Fluminense também foi uma das entidades apoiadoras do Festival do Quibe do município de Italva, realizado pelo Pedra Branca Social Clube no dia oito de setembro. O evento já faz parte do mapa turístico do interior do estado e atrai visitantes de diversas cidades fluminenses. É considerado um dos mais tradicionais do interior do estado do Rio de Janeiro. Em 2024 foi a 50.<sup>a</sup> edição do festival.

\* O Sicoob Fluminense foi uma das cooperativas que participaram, em 28 de setembro, do Dia C – Dia de Cooperar. Com o apoio do Sistema OCB/RJ, o evento foi realizado no Jardim São Benedito, em Campos dos Goytacazes. Ao todo 13 instituições cooperativas de diversificados segmentos estiveram presentes, em um dia de serviços gratuitos e atividades lúdicas para a comunidade que teve acesso à educação ambiental; procedimentos na área de saúde; distribuição de mudas de árvores nativas e de brinquedos; programação infantil e orientação e planejamento financeiro e educação financeira para crianças.

\* Uma equipe do setor de Cidadania e Sustentabilidade do Sicoob Fluminense participou, no dia 27 de setembro, da Feira Interdisciplinar de Ciências e Tecnologia: “Explorando o Futuro”, do Colégio Salesiano Campos. O evento teve foco nas novas tecnologias e na sustentabilidade, com o objetivo de compartilhar com toda a comunidade escolar o conhecimento que vem sendo adquirido e desenvolvido na instituição de ensino pelos alunos. Em relação ao Sicoob Fluminense, foi apresentado o jogo “Caça-Finanças”, que agrega diversão à educação financeira.



\* No dia 28 de setembro, aconteceu o 14.<sup>o</sup> Passeio Ciclístico promovido pelo Colégio Pró-Uni, de Campos dos Goytacazes. O evento, que reuniu pais, alunos, professores e funcionários da instituição em uma grande celebração da atividade física, teve o apoio do Sicoob Fluminense. O objetivo principal da iniciativa foi, mais uma vez, incentivar a prática de exercícios como forma de melhorar a qualidade de vida de todos os participantes.





\* No campus Campos Centro do IFFluminense, foi realizado no dia 30 de setembro, com apoio do Sicoob Fluminense, o IX IFFoco Surdo – evento em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa Surda. O evento contou também com apresentações artísticas, brincadeiras, dinâmicas com a plateia e sorteios para os participantes. O Sicoob Fluminense teve a oportunidade de fazer um trabalho de divulgação de produtos e serviços e integração com a comunidade.



Realizado entre os dias 30 de setembro e quatro de outubro, na Universidade Estadual do Norte Fluminense, em Campos dos Goytacazes, o 25.º Encontro de Engenharia de Produção foi apoiado pelo Sicoob Fluminense. O tema do evento, que contou com palestras, workshops e mesas-redondas, foi “25 anos de Excelência: Transformando Desafios em Oportunidades – O Perfil do Engenheiro de Produção no Futuro”.



\* O Sicoob Fluminense foi representado pela Presidente do Conselho de Administração, Vera Lúcia Almeida, por ocasião da realização de dois eventos por entidades filantrópicas e de caráter social de Campos dos Goytacazes, parceiras da cooperativa: o “Elas Clube de Finanças” e o “Instituto Sawana”. Ambos os eventos aconteceram no dia 23 de outubro. No primeiro deles, a 4.ª Policlínica (BMERJ) recebeu uma das Minibibliotecas do “Elas Clube de Finanças”, e na segunda ação com foco no Outubro Rosa, o “Instituto Sawana” destacou o período de intensificação do combate ao câncer de mama.



\* A Feira do Empreendedor da Escola Municipal Farol de São Thomé, praia de Campos dos Goytacazes, realizada no dia nove de novembro, contou com a participação de representantes do Sicoob Fluminense. O Diretor Presidente, Neilton Ribeiro da Silva, fez uma palestra sobre o funcionamento da cooperativa e a sua história de sucesso, além da importância do cooperativismo para a sociedade, ao mesmo tempo em que integrantes do setor de Cidadania e Sustentabilidade e voluntários levaram a educação financeira para o evento.





\* O Sicoob Fluminense foi uma das entidades apoiadoras do 1.º Torneio Fibramax Open Futevôlei, promovido pela Fibramax em parceria com Beach Point Arena. Com o objetivo de incentivar a prática do futevôlei, desenvolvendo os aspectos disciplinar e educacional e visando à integração social dos participantes, o torneio foi realizado na própria Beach Point Arena, na rua Professora Gladys Teixeira, 131 – Água Santa, São João da Barra, no sábado, dia 30 de novembro.



\* O Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, e a Gerente de Cidadania e Sustentabilidade, Maria Clara de Oliveira, acompanharam, no dia dois de dezembro, as comemorações em torno dos seis anos de criação da Cooperativa Mirim União e Cooperação de Mendes, sul do estado do Rio de Janeiro. A Unicoop já conta com uma trajetória de transformação, pela via da Educação e do Cooperativismo, na história de vida de crianças e jovens da rede pública de ensino do município, tendo todo o apoio do Sicoob Fluminense, que possui uma agência no município.



\* Dentro de suas ações de integração com a sociedade, o Sicoob Fluminense foi uma das entidades apoiadoras dos festejos em celebração ao dia da Padroeira de Iguaba Grande, Nossa Senhora da Conceição, comemorado, tradicionalmente, em oito de dezembro, e com organização da Paróquia Imaculada Conceição. A festa em homenagem à padroeira de Iguaba Grande acontece há 263 anos e a comemoração tem ainda o apoio da prefeitura.



\* O Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, foi um dos palestrantes convidados do IV Congresso Nacional de Atualização em Empreendedorismo. Na quarta-feira, 11 de dezembro, o dirigente falou de forma híbrida (ao vivo e on-line) sobre Cooperativismo e Empreendedorismo para cerca de quatro mil pessoas. A palestra ocorreu na TEC Incubadora, organizadora do congresso, na Universidade Estadual do Norte Fluminense, em Campos dos Goytacazes.





# FUNDO SOCIOAMBIENTAL

O Fundo Especial para Aplicação em Projetos Socioambientais do Sicoob Fluminense foi criado pela Assembleia Geral em 15 de abril de 2021, com o valor definido, anualmente, em 2% das sobras líquidas da cooperativa, apuradas ao final de cada exercício social.

Seu principal objetivo é apoiar ações de entidades voltadas para áreas como educação, cultura, esporte, saúde e inovação, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades nas regiões de atuação do Sicoob Fluminense. Este fundo reflete o compromisso da cooperativa com suas diretrizes de Responsabilidade Social,

atendendo às expectativas da sociedade e reforçando seu papel no fortalecimento das comunidades.

Através desse fundo, o Sicoob Fluminense busca promover soluções inovadoras e sustentáveis, incentivando a cooperação e contribuindo para o bem-estar social e econômico das localidades em que está presente.

Em 2024, foram contemplados 12 projetos, totalizando R\$ 36.850,79, distribuídos nas seguintes categorias:

## Esporte

- **Evento de Encerramento do projeto CROSSOVER: Driblando Barreiras, Construindo Sonhos** – Nação Basquete de Rua (NBr)
- **Encontro Interestadual de Capoeira e curso Técnico Abadá Capoeira** – Associação de Capoeira Artes e Culturas Brasileiras do Norte Fluminense
- **Seminário de jiu-jitsu com o campeão Mundial Leon Mendonça** – Projeto Caneca Jiu-Jitsu
- **SKATE4US** – Associação de Skate Adaptado de Campos– SKATE 4US

## Ambiental

- **EcoViva** – LIGNUM AMBIENTAL JR

## Educação Financeira

- **Minibiblioteca de Educação Financeira para Mulheres** – Elas Educação Financeira LTDA





# FUNDO SOCIOAMBIENTAL



## Cultura

- **Projeto Cultural Dançarte na Inclusão** – Instituto Sawanna Por Todos
- **Almanaques da nossa gente: Uma Oficina de cinema e autorrepresentação no Norte Fluminense** – 51.872.770 Gabriel Belchior Mesquita Silva

## Beneficente

- **Mostra de Natal da Associação Cultural Paulo Fernando de Abreu Valente** – Associação Cultural Paulo Fernando de Abreu Valente
- **Anjos da Madrugada** – Igreja Evangélica Ministério Geleade

## Empreendedorismo

- **FITEI: Feira Interdisciplinar de Tecnologia, Empreendedorismo e Inovação** – ASA Sociedade Educacional LTDA
- **I Feira Artesanal da Baixada campista** – Associação As Marias da Baixada



## EVENTOS

\* O Sicoob Fluminense inaugurou no dia oito de fevereiro um Ponto de Atendimento na cidade de Itaperuna, Noroeste Fluminense. A unidade, que fica em Boa Ventura, 6.º Distrito, na avenida Senador Sá Tinoco, 833, loja 2, e é ligada à agência de Itaperuna, já se tornou uma referência de assistência bancária para a localidade e áreas vizinhas, cuja comunidade era obrigada a se deslocar para o centro de Itaperuna, ou mesmo Italva, cidade próxima, para seu movimento financeiro.



\* O primeiro Café Cooperativo do Sicoob Fluminense em 2024 foi realizado em 11 de março, quando o Diretor-Presidente, Neilton Ribeiro da Silva, recebeu a visita do apóstolo Luciano Vicente, da Igreja Semear, e do empresário Edvaldo Mendonça. O projeto Café Cooperativo visa estreitar os laços com os mais diferentes ramos da sociedade, criando novas demandas para a cooperativa e possibilitando a assinatura de parcerias ou contratos de colaboração e participação em projetos conjuntos. Também participou do encontro o responsável pela agência do Sicoob Fluminense no IPS-Campos dos Goytacazes, Marcelo Marques.



\* O Sicoob Fluminense participou como entidade apoiadora do I Encontro de Educação Ambiental do Comitê da Bacia do Baixo Rio Paraíba do Sul e Itabapoana. O evento aconteceu no dia 13 de março, na Reserva Caruara, do Porto do Açú, em São João da Barra. A cooperativa foi representada por colaboradores, tendo à frente o Diretor-Presidente, Neilton Ribeiro da Silva, e a Presidente do Conselho de Administração, Vera Lúcia Almeida. Participaram do encontro alunos das escolas públicas da região, que receberam informações sobre recursos hídricos e o funcionamento do Comitê.



\* Representado pelo seu Diretor-Presidente, Neilton Ribeiro da Silva, o Sicoob Fluminense esteve presente no lançamento do programa Conecta SJB e do Fundo de Desenvolvimento Sustentável Sanjoanense. A solenidade ocorreu durante o Negócio em Foco, no Clube da Terceira Idade Maria Júlia Aquino, no Centro, dia 20 de março, em São João da Barra, e contou com a presença de representantes do poder público e da iniciativa privada. Cabe ao Sicoob Fluminense, indicado por licitação, a análise técnica das solicitações de financiamento junto ao Fundessan.





## EVENTOS

\* O Sicoob Fluminense foi um dos patrocinadores da segunda edição da Expo Síndico Macaé, que aconteceu no dia 23 de março, no Royal Atlântica Macaé Hotel. O evento é organizado para a difusão das empresas do ecossistema “Condomínio”, onde a cada ano, são levadas aos síndicos as últimas novidades do mercado.



\* O Diretor Operacional do Sicoob Fluminense, Marcos Lincoln, participou no dia 26 de março de um evento com foco no produto crédito rural, oferecido pela cooperativa. O encontro com produtores da Baixada Fluminense foi na sede do Sindicato da Indústria de Cerâmica para Construção de Campos, na localidade de Goytacazes, e contou ainda com o apoio do Sindicato Rural de Campos. Durante a exposição para os participantes, foram apresentados os benefícios da utilização das taxas da instituição cooperativa de crédito para o setor.



\* No dia 10 de abril, em mais uma etapa do projeto Café Cooperativo, o Sicoob Fluminense recebeu a visita do Comodoro do Iate Clube Lagoa de Cima, Afrânio dos Santos Júnior, acompanhado do diretor Ygor Santos e do advogado Maurício Rangel. O grupo foi recebido pelo Diretor-Presidente, Neilton Ribeiro da Silva, e pela gerente da agência sede, Jéssica Félix. Em pauta, possíveis parcerias entre as entidades.

\* O Sicoob Fluminense teve as suas contas do exercício anterior aprovadas por unanimidade dia 25 de abril, em Assembleia Geral Ordinária, que reuniu os delegados da cooperativa, representantes dos mais de 25 mil associados. A abertura dos trabalhos foi feita pela Presidente do Conselho de Administração, Vera Lúcia Almeida, e coube ao Diretor Presidente, Neilton Ribeiro da Silva, a coordenação da assembleia e a apresentação dos dados técnico-administrativos contidos no Relatório de Gestão.



\* Em maio, o projeto Café Cooperativo teve novas edições em dois dias consecutivos. No dia oito, o Diretor-Presidente Neilton Ribeiro da Silva, e a Gerente do setor de Cidadania e Responsabilidade, Maria Clara de Oliveira, receberam a gerente da clínica Amor Saúde, da localidade de Goitacazes, Danielly Cordeiro, e o gerente do Cartão de Todos, Filipe Teixeira. Já no dia nove, ambos representantes do Sicoob Fluminense também receberam o Presidente da instituição Orquestrando a Vida, que trabalha a inclusão de crianças e adolescentes no campo musical, Jony William Villela, o Diretor Artístico, Hodyllon da Silva, e a Assessoria de Comunicação da Associação Bem Faz Bem.





\* O Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, foi um dos palestrantes do 1.º Fórum Fideense e Regional sobre Geração de Empregos e Desenvolvimento. O evento aconteceu no dia dez de maio, na Casa da Amizade, em São Fidélis, e foi uma iniciativa de empresários locais. O Fórum foi considerado relevante para um melhor entendimento das dificuldades dos vários setores da economia local.



\* O Sicoob Fluminense foi representado pelo seu Diretor-Presidente, Neilton Ribeiro da Silva, na cerimônia de encerramento do Programa Municipal de Apoio à Economia Criativa, que aconteceu em 14 de maio na Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos. Na oportunidade, foi feita a entrega dos certificados de conclusão, e os quatro empreendedores com melhor desempenho foram premiados pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia. Neilton Silva fez parte da banca avaliadora de projetos.



\* A cooperativa recebeu a visita, no dia 22 de maio, de Eduardo Mota Azeredo, Executivo Mall e Mídia, e Nathália Pires Braga, Gerente de Marketing do então Shopping Boulevard, de Campos dos Goytacazes.

O encontro representou mais uma etapa do projeto Café Cooperativo, e a discussão sobre ações conjuntas que possam vir a beneficiar as comunidades próximas ao empreendimento e condomínios particulares de moradia da área, sendo o tema central da reunião.



\* O Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, participou no dia 21 de maio da solenidade de posse do novo Reitor do Instituto Federal Fluminense, Victor Barbosa Saraiva. Na oportunidade, o dirigente cooperativista se lembrou dos laços históricos do Sicoob Fluminense com o Instituto Federal Fluminense - a cooperativa nasceu a partir da ação de um grupo de funcionários da antiga Escola Técnica Federal de Campos, em 1998, e teve a sua primeira sede nas dependências da unidade educacional.





## EVENTOS

\* No dia cinco de junho a sede do Sicoob Fluminense, em Campos dos Goytacazes, recebeu membros da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Itaiva: Eliane de Oliveira Chispim, Luciana dos Santos Sá e Silmara Pereira Novaes, respectivamente Diretora, Pedagoga e Secretária da instituição, além de Jefferson Correia de Lima, advogado da Câmara de Itaiva. Todos estiveram presentes em nova etapa do projeto Café Cooperativo.



\* No dia primeiro de junho, o Sicoob Fluminense esteve presente na primeira RODE do Cartão de Todos/ Campos dos Goytacazes, evento que buscou agregar valor à jornada corporativa da empresa a partir de trocas de experiências e exposições, no auditório da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Campos dos Goytacazes. O evento contou com palestras, a exemplo do funcionamento do cooperativismo e de uma instituição financeira de crédito, e debates sobre educação financeira para impulsionar estratégias.



\* A cooperativa foi uma das instituições patrocinadoras do “Arraiá da Planície”, que aconteceu em dois finais de semana (de sete a nove e de 14 a 16 de junho), no então Shopping Boulevard, em Campos dos Goytacazes. Foi montado um stand na área do evento para divulgação de produtos e serviços e ponto de integração com a sociedade.



\* O Sicoob Fluminense foi representado em sessão solene da Câmara Municipal de Iguaba Grande, pela passagem dos 29 anos de emancipação político-administrativa do município. O evento, que aconteceu no dia sete de junho, contou com a presença do Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, acompanhado da esposa Waldira Silva e do gerente regional, Melquisedeque Nunes da Silva. A solenidade aconteceu na quadra poliesportiva Oswaldo Antunes Neves, no bairro Estação, e também contou com a presença do Prefeito de Iguaba Grande, Vantoil Martins, e do Presidente da Câmara Municipal, Marciley Lessa.





\* O Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, recebeu o título de Cidadão Italvense pelos serviços prestados ao desenvolvimento do município. A sessão solene da Câmara Municipal, que aconteceu no dia 14 de junho no salão de festas A&R Buffet, em Boa Vista, comemorou os 38 anos de emancipação político-administrativa de Italva. No evento, também, foram entregues moções de aplausos e comendas. Neilton Silva recebeu o título de Cidadão Italvense das mãos do Vereador Joel Enfermeiro.



\* No dia 25 de junho, o Sicoob Fluminense recebeu a visita do empresário Joilson Barcelos, do Grupo Barcelos (rede de supermercados Super Bom). O encontro fez parte do ciclo 2024 do projeto Café Cooperativo, e serviu para a discussão de temas como cooperativismo, possíveis parcerias e desenvolvimento regional.



\* Na primeira quinzena de junho, aconteceram duas novas etapas do projeto Café Cooperativo do Sicoob Fluminense. Na primeira delas, que aconteceu no dia seis, o Diretor Presidente da cooperativa, Neilton Ribeiro da Silva, recebeu a visita do sócio fundador do Colégio ASAS de Campos dos Goytacazes, David

Coelho Rodrigues, que já é PJ da cooperativa. Já na segunda edição, no dia 10 de junho, quem visitou a cooperativa e também foi recebido por Neilton Silva, foi o Diretor do campus Campos Centro do Instituto Federal Fluminense, Carlos Boynard. Na pauta de discussões: o movimento cooperativista, desenvolvimento regional e o estudo de possibilidades de realização de ações conjuntas e parcerias entre o Sicoob Fluminense e as entidades educacionais.



\* Em julho, também na primeira quinzena, mais duas etapas do Café Cooperativo: no dia nove, aconteceu a visita de Ana Paula Rocha Teles e Milena Ribeiro da Fonseca, respectivamente Gerente e Responsável Técnica do Grupo Barcelos para a área de Responsabilidade Social. O objetivo do encontro foi o de dar início a discussões sobre o desenvolvimento de ações conjuntas. Já no dia dez, a visita foi de Tarcísio Viana Peixoto e Luísa Belmont Barreto, respectivamente Diretor Comercial e Gerente de Projetos da Scolabora, de Campos dos Goytacazes.



## EVENTOS



\* O Sicoob Fluminense voltou a discutir a realização de parcerias com o Grupo Barcelos, no dia 25 de julho, quando a cooperativa recebeu no Café Cooperativo o Diretor Financeiro e Operacional do grupo, Lucas Coelho Barcelos, e a Gerente de Sustentabilidade, Ana Paula Teles. Esse foi o terceiro encontro entre representantes das instituições visando parcerias e trabalhos sociais conjuntos.



\* No dia 30 de julho, a cooperativa recebeu a visita de Fernando Sousa e Gabriel Barbosa, respectivamente Diretor Executivo e Diretor de Projetos da empresa Quiprocó Filmes. Dentro do projeto Café Cooperativo, eles apresentaram ao Sicoob Fluminense uma proposta de parceria dentro do Festival Internacional Goitacá de Cinema, que será realizado na Universidade Estadual do Norte Fluminense, em Campos dos Goytacazes, entre os dias 13 e 16 de agosto de 2025.



\* Com a festa temática “Cordel encantado”, o Sicoob Fluminense comemorou no dia 16 de julho o seu 26.º aniversário de fundação. O evento, com foco nos tradicionais festejos de meio de ano, aconteceu na área interna de estacionamento da sede da cooperativa, em Campos dos Goytacazes. Além de toda a diretoria, conselheiros, gerentes, delegados, colaboradores e prestadores de serviços também compareceram à comemoração. A solenidade começou com a reinauguração informal do Espaço Memória da cooperativa, no hall de entrada, que foi modernizado para apresentar aos frequentadores ainda mais elementos que contam a história do Sicoob Fluminense, e prosseguiu com uma série de ações e homenagens.





\* O Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, representou a cooperativa na comemoração dos 93 anos do Sindicato do Comércio Varejista de Campos dos Goytacazes, dia 31 de julho. O evento aconteceu na sede da instituição, na Praça São Salvador, no Centro de Campos dos Goytacazes, e reuniu representantes de sindicatos locais e de esferas governamentais de municípios da região. Neilton Silva atendeu a um convite direto do Presidente do Sindivarejo, Maurício Cabral, associado do Sicoob Fluminense e presidente da Associação Comercial e Industrial de Campos – ACIC.



\* No dia 16 de agosto, o Sicoob Fluminense também foi representado pelo Diretor Presidente, Neilton Ribeiro da Silva, na sessão solene do conselho universitário da Universidade Estadual do Norte Fluminense. O evento, no auditório principal do centro de convenções Oscar Niemeyer, no campus da UENF em Campos dos Goytacazes, marcou a comemoração dos 31 anos de fundação da universidade.



\* O Sicoob Fluminense participou, entre os dias 19 e 24 de agosto, do Seminário Empretec Rural 2024, que aconteceu no Sindicato Rural de Campos dos Goytacazes. A organização ficou a cargo do Sebrae-RJ. No evento, colaboradores da cooperativa tiveram a oportunidade de apresentar produtos e serviços, com a exposição de slides sobre o setor agro e palestra para empreendedores rurais. Segundo os organizadores, o Seminário Empretec Rural é uma iniciativa voltada diretamente para o fortalecimento do setor de agronegócios.



\* Uma campanha de doação de sangue foi realizada pelo Sicoob Fluminense no dia 29 de agosto. O evento foi desenvolvido na área de estacionamento do então Boulevard Shopping, em Campos dos Goytacazes, com a coordenação do setor de Marketing e RH da cooperativa, e teve o apoio das empresas Moviz, Unimed Campos e Uniodonto Campos. Durante a campanha, houve a coleta de 33 bolsas de sangue, que, segundo os responsáveis, beneficiariam mais de 130 pessoas.



\* O Sicoob Fluminense foi patrocinador master do 12.º Festival de Petiscos da praia do Farol de São Tomé, em Campos dos Goytacazes. O evento, realizado pela Associação de Hotéis, Comércio e Similares, aconteceu em dois finais de semana de setembro, nos dias seis, sete e oito e 13, 14 e 15, na Avenida Olavo Saldanha, em frente à Marinha. O objetivo do festival é, além de incentivar o turismo, criar oportunidades de emprego e acesso à boa gastronomia, movimentando e aquecendo o mercado em período de baixa sazonalidade.

\* Nos dias seis e sete de setembro, o projeto “A Grande Sacada - Vôlei de Praia”, em parceria com o Sicoob Fluminense, recebeu em Campos dos Goytacazes a visita do atleta olímpico André Stein. O evento contou com etapas no Instituto Federal Fluminense e no Under Crown Beach Volley, onde o atleta realizou um workshop com os interessados inscritos.





Também foram desenvolvidas diversas atividades recreativas a cargo do Sicoob Fluminense.



\* No dia seis de setembro o Sicoob Fluminense recebeu a visita de uma delegação do Instituto Federal Fluminense, tendo à frente o Reitor Vítor Saraiva. Essa foi mais uma etapa do Café Cooperativo, e o foco da reunião foi o fortalecimento das políticas de parceria entre as instituições, a partir da realização de ações conjuntas e disseminação do cooperativismo junto ao corpo do IFFluminense.



\* O Sicoob Fluminense foi uma das cooperativas integradas à Semana Mundial do Investidor, evento promovido pela Comissão de Valores Mobiliários e pela Organização Internacional de Valores Mobiliários. Realizado de sete a 13 de outubro, o evento global, que tem o apoio do Sistema Sicoob, objetivou conscientizar o público sobre a importância da educação financeira e da proteção dos investidores. O Sicoob Fluminense desenvolveu um grande leque de ações.



\* O Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, ministrou uma palestra abrangendo o cooperativismo no dia 27 de setembro, no espaço de convenções do Hotel Ramada, em Campos dos Goytacazes. Ele atendeu a um convite da equipe da TEC Incubadora de Empresas da UENF, que, na oportunidade, apresentou 25 projetos contemplados por um programa especial de apoio - o StarTec powered by InovAtiva - que selecionou apresentações consideradas inovadoras do ecossistema do Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro.



\* O Sicoob Fluminense recebeu a visita de representantes do Sicoob UniMais Rio. A delegação foi recebida por toda a Diretoria e pela Presidência do Conselho de Administração. Do encontro, no dia 21 de outubro, participaram conselheiros e gerentes regionais do Sicoob Fluminense. O foco da visita foi o fortalecimento das relações entre as entidades e troca de ideias sobre planejamento e mercado.





\* O Sest Senat de Campos dos Goytacazes realizou no dia 22 de outubro a sua Primeira Feira de Empregabilidade. O evento aconteceu na sede da entidade, na avenida Nilo Peçanha, 614/822. O objetivo foi o de conectar empresas do município e da região a candidatos que buscam o primeiro emprego ou recolocação profissional. Na oportunidade, colaboradores do setor de Cidadania e Sustentabilidade representaram a cooperativa, com programas do Instituto Sicoob e o jogo “Caça Finanças”, que trabalha a economia sustentável.



\* No dia 23 de outubro o Sicoob Fluminense anunciou oficialmente que está de endereço novo na cidade de Bom Jesus do Itabapoana, no Noroeste Fluminense. O objetivo é o de dar a todos os cooperados, com ainda mais conforto, aquele atendimento diferenciado que já é sua marca registrada. As novas e modernas instalações do Sicoob Fluminense em Bom Jesus do Itabapoana ficam na Avenida Governador Roberto Silveira, 909, Centro.



\* Entre os dias 22 e 24 de outubro, o Sicoob Fluminense participou da Semana de Economia desenvolvida pela Universidade Federal Fluminense – polo de Campos dos Goytacazes. Com o tema “Tecnologia e Economia: A Revolução da Inteligência Artificial na Transformação Econômica Global”, o evento abordou diversos assuntos que envolvem IA. A cooperativa teve a oportunidade de expor o trabalho que desenvolve e os produtos que são ofertados à comunidade.



\* O Sicoob Fluminense esteve presente na XVI Mostra de Extensão UENF-UFF-IFF & VIII UFRRJ, realizada entre os dias 21 e 24 de outubro, no Centro de Convenções da Universidade Estadual do Norte Fluminense. A mostra, com o tema “Brasil e suas diversidades: A extensão como interação e transformação social”, foi um evento científico e cultural organizado em parceria entre Instituições Públicas de Ensino Superior de Campos dos Goytacazes, e que ocorre anualmente. A cooperativa foi uma das entidades apoiadoras do evento e, através de colaboradores, teve a oportunidade de divulgar ações e informações e mostrar produtos e serviços.



\* O Sicoob Fluminense, através do setor de Cidadania e Sustentabilidade, participou da XXVI Semana do Servidor 2024 da prefeitura de Campos dos Goytacazes, entre os dias 22 e 24 de outubro. No evento, a equipe da cooperativa desenvolveu uma roda de conversa com o tema “Saúde financeira do servidor”. Este ano, o tema da semana foi “Saúde do servidor: a importância do cuidado! Nossa prioridade é você!”.





\* Uma equipe do Sicoob Fluminense esteve na Reserva Caruara, do Porto do Açú, em São João da Barra, para participar da Primeira Oficina de Educação Ambiental e apresentação do Programa de Educação Ambiental do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul para a região. Foi no dia oito de novembro. O programa de EA é voltado para o desenvolvimento regional, envolvendo do público infantil às grandes instituições, e a oficina buscou desenvolver o papel de cada agente na sua implantação.



\* O Sicoob Fluminense, representado por uma equipe de colaboradores da agência de Itálva, acompanhou no dia 12 de novembro a entrega dos certificados de conclusão do curso de Informática Básica, voltado para a comunidade, de responsabilidade da Escola Legislativa da Câmara Municipal. O projeto “Informática para todos”, da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Itálva, patrocinado pela cooperativa, foi lançado oficialmente no dia oito de julho, no plenário da Câmara.



\* O Diretor Operacional do Sicoob Fluminense, Marcos Lincoln, representou a cooperativa por ocasião da abertura da 29.ª edição da Semana do Saber-Fazer-Saber do IFFluminense, em Campos dos Goytacazes, no dia 27 de novembro. A Semana é um evento tradicional organizado pelo Instituto Federal Fluminense Campus Campos Centro, no qual ocorre uma prestação de contas à sociedade sobre o saber produzido na instituição.



\* Uma equipe do Sicoob Fluminense participou nos dias 26 e 27 de novembro do Workshop de Negócios Digitais promovido pelo Sicoob UniMais Rio, com apoio do Centro Cooperativo Sicoob. O evento foi realizado no Hotel Othon Palace, em Copacabana, Rio de Janeiro, e contou com a presença do Diretor Presidente Neilton Ribeiro da Silva, da Gerente de Negócios Luana Medina e da Gerente de Crédito Lyana Batista. O objetivo do Workshop, voltado para a implementação de um projeto digital, foi o de explorar as oportunidades de relacionamento e atendimento aos cooperados com perfil digital.

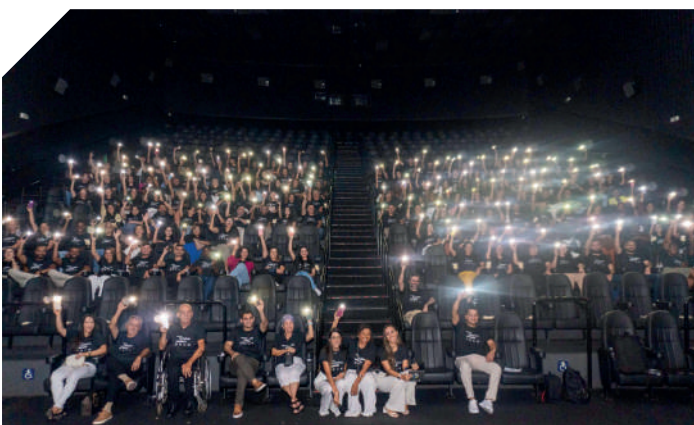


\* O Sicoob Fluminense, representado por sua diretoria, recebeu no dia 29 de novembro a visita de uma comissão de representantes da Prefeitura e da Câmara Municipal de Iguaba Grande. A missão do grupo foi a de fazer a entrega oficial de uma Moção de Aplauros e Congratulações à cooperativa, na pessoa do seu Di-

retor-Presidente Neilton Ribeiro da Silva. A comenda partiu do Vereador Luciano Silva, e foi assinada ainda pelo Vereador Alan Rodrigues e pelo Presidente da Câmara de Iguaba Grande, Marciley Chaves.



O setor de cinemas do Shopping Partage, em Campos dos Goytacazes, foi o palco da primeira parte do Repensando 2025 – evento anual do Sicoob Fluminense em que são discutidos os trabalhos desenvolvidos no ano em curso, problemas enfrentados e vitórias conquistadas e especialmente o planejamento de atividades e metas para o próximo ano. O evento foi realizado dia 30 de novembro, e os participantes foram recebidos com café da manhã, no hall do cinema. Toda a diretoria, conselheiros, gerentes regionais, gerentes, delegados e dezenas de colaboradores, estagiários e jovens aprendizes dos municípios que possuem agências do Sicoob Fluminense participaram. Na parte da tarde os participantes do evento seguiram para a Estação Lounge, na avenida Dr. Nilo Peçanha, Parque Santo Amaro, para a segunda fase do Repensando 2025, que contou com a premiação dos destaques dos colaboradores, em diversas categorias, e ações de entretenimento.



\* O Sicoob Fluminense foi duplamente agraciado no evento Prêmio 10+ Coop realizado no dia seis de dezembro, no Rio de Janeiro. A cooperativa foi a vencedora nas categorias “Número de Cooperados” e “Público Jovem”, ambas no nível Expandir e Consolidar. O Prêmio 10+ Coop é uma cerimônia de reconhecimento de cooperativas que se destacaram no Rio de Janeiro, com organização da OCB/RJ, e que aconteceu na 4.ª Conferência Rio Mais Coop de Empreendedorismo Cooperativo.



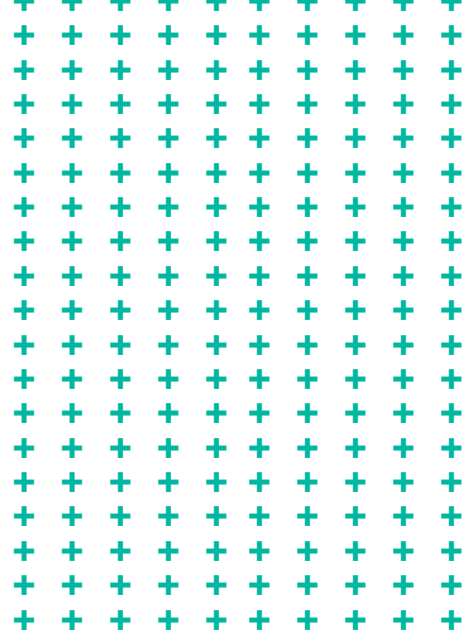
\* O Diretor Presidente do Sicoob Fluminense, Neilton Ribeiro da Silva, recebeu no dia dez de dezembro a visita de representantes do clube de serviços Rotary. O encontro fez parte de mais uma etapa do projeto Café Cooperativo, e o objetivo do encontro, no auditório da sede do Sicoob Fluminense, foi o de estreitar os laços com a entidade para fomentar a possibilidade de concretização de futuras parcerias e disponibilização legal da cooperativa como entidade financeira.







\* O Sicoob Fluminense conseguiu cinco prêmios na edição 2024 do evento “Avança”, realizado pelo Sicoob UniMais Rio no dia 14 de dezembro. Organizado a cada ano com o objetivo de celebrar as conquistas das cooperativas singulares, a edição 2024 aconteceu no Expo Center Norte, em São Paulo. A cooperativa foi vencedora na categoria Sipag, máquina de cartões – agência São João da Barra; foi destaque do ano na categoria Poupança – agência Morro do Coco; também destaque do ano na categoria Consignado – agência sede Campos dos Goytacazes; Cooperativa do Ano com 22 mil beneficiados em diversas atividades desenvolvidas através dos programas do Instituto Sicoob; e ainda na categoria Voluntário Transformador, com a indicação da colaboradora Brenda Guimarães.



# PATROCÍNIOS

Categoria	Quantidade	Valor
Cultural	13	R\$ 38.140,00
Academico	8	R\$ 21.231,20
Esportivo	10	R\$ 34.066,99
Beneficiente	6	R\$ 7.537,70
Outro	8	R\$ 50.850,00
<b>Total</b>	<b>45</b>	<b>R\$ 151.825,89</b>





# ORÇAMENTO 2025

## RECEITAS

CONTAS DE RESULTADO CREDORAS	R\$ 137.068.951,08
RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 137.068.951,08
RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	R\$ 73.939.349,33
RENDAS DE APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	R\$ 321.364,57
RENDAS COM TIT. E VAL. MOB. E INST. FINANC. DERIV.	R\$ 326.577,92
RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 25.791.158,05
RENDAS DE TARIFAS - PN E MEI	R\$ 1.986.242,55
RENDAS DE TARIFAS - PJ	R\$ 3.331.345,98
RENDAS POR SERVIÇO DE PAGAMENTO	R\$ 5.710.489,29
RENDAS DE COBRANÇA	R\$ 1.605.641,43
RECEITA COMERCIALIZAÇÃO E SERVIÇOS DE SEGUROS	R\$ 5.000.645,52
RECEITA COM OUTRAS COMISSÕES COMERCIAIS	R\$ 1.445.420,82
RENDAS DE OUTROS SERVIÇOS	R\$ 6.711.372,46
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	R\$ 36.690.501,21
RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COMO PREJUÍZO	R\$ 2.084.564,81
RECUPERAÇÃO DE ENCARGOS E DESPESAS	R\$ 37.000,00
INGRESSOS DE DEPÓSITOS INTERCOOPERATIVOS	R\$ 22.417.912,65
REVERSÃO DE PROVISÕES OPERACIONAIS	R\$ 7.989.996,00
OUTRAS RENDAS OPERACIONAIS	R\$ 4.161.027,75
<b>RECEITAS NÃO OPERACIONAIS</b>	



## DESPESAS

(-) CONTAS DE RESULTADO DEVEDORAS	R\$ 133.995.525,17
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 133.995.525,17
(-) DESPESAS DE CAPTAÇÃO	R\$ 40.833.678,37
(-)DESP. DE CONTRIB. FDO. GARANT.	R\$ 531.503,22
(-) DESPESAS DE EMPREST NO PAÍS - OUTRAS INSTIT (central)	R\$ 148.604,20
(-)DESPESAS DE REPASSES - INTERFINANCEIROS	R\$ 5.507.734,43
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 52.503.441,52
(-) DESPESAS DE ÁGUA, ENERGIA E GÁS	R\$ 601.521,59
(-) DESPESAS DE ALUGUEIS	R\$ 1.961.258,45
(-) DESPESAS DE COMUNICAÇÕES	R\$ 407.150,03
(-) DESPESAS DE HONORÁRIOS/DIREX/CONSELHO ADM	R\$ 3.303.258,88
(-) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	R\$ 432.120,22
(-) DESPESAS DE GOVERNANÇA	R\$ 1.579.126,26
(-) ENCARGOS/DEMAIS DESPESAS GOVERNANÇA	R\$ 1.292.012,39
(-) DESPESAS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS	R\$ 632.133,77
(-) DESPESAS DE MATERIAL	R\$ 216.000,00
(-) DESPESAS DE PESSOAL -PROVENTOS/BENEFÍCIOS/ENCARGOS SOCIAIS	R\$ 26.209.282,05
(-) DESPESAS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	R\$ 4.545.040,00
(-) DESPESAS DE PROMOÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS	R\$ 437.000,00
(-) DESPESAS DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE	R\$ 660.000,00
(-) DESPESAS DE SEGUROS	R\$ 220.847,69
(-) DESPESAS DE SERVIÇOS DO SISTEMA FINANCEIRO	R\$ 2.899.893,72
(-) DESPESAS DE SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$ 968.405,64
(-) DESPESAS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	R\$ 2.701.588,48
(-) DESPESAS DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS	R\$ 1.039.100,42
(-) DESPESAS DE TRANSPORTE	R\$ 748.620,63
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	R\$ 242.581,27
(-) DESPESAS DE VIAGEM NO PAÍS	R\$ 155.435,04
(-) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ 4.554.323,85
(-) APROVISIONAMENTOS E AJUSTES PATRIMONIAIS	R\$ 25.282.924,45
(-) DESP. DE AMORTIZAÇÃO	R\$ 18.000,00
(-) DESPESAS DE DEPRECIAÇÃO	R\$ 1.034.516,69
(-) DESPESAS DE PROVISÕES OPERACIONAIS	R\$ 23.383.348,51
(-) DESPESAS DE PROVISÕES PASSIVAS	R\$ 847.059,25
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 8.497.301,57
(-) DESPESAS COM SERVIÇO ASSOCIADOS A TRANSAÇÕES DE	R\$ 6.084.981,26
(-) DESP.IMPOSTO S/SERVIÇOS QUALQUER NATUREZA-ISS	R\$ 294.471,84
(-) DESPESAS DE CONTRIBUIÇÃO AO COFINS	R\$ 235.813,74
(-) DESPESAS DE CONTRIBUIÇÃO AO PIS/PASEP	R\$ 149.934,10
(-) DESPESAS DE JUROS SOBRE O CAPITAL SOCIAL	R\$ 838.497,23
(-) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ 893.603,38
<b>(-) DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>	
(-) APURAÇÃO DE RESULTADO	R\$ 690.337,41
(-) IMPOSTO DE RENDA	R\$ 421.467,59
(-) CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	R\$ 268.869,82
<b>RESULTADO FINAL</b>	<b>R\$ 3.073.425,91</b>



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## 1. Contexto Sicoob

Formado por centenas de cooperativas financeiras espalhadas por todo o Brasil e presente em cerca de 2.405 mil municípios, o Sicoob é um dos maiores sistemas financeiros do país. Juntas, as cooperativas somam mais de 8,3 milhões de cooperados que constroem juntos um mundo com mais cooperação, pertencimento, responsabilidade social e justiça financeira.

## 2. Sustentabilidade

Visando estruturar um ambiente de sustentabilidade sistêmica que integre as práticas sociais, ambientais e de governança (ESG) ao modelo de negócios do Sicoob, todas as organizações do Sistema estão se mobilizando em torno do Pacto pelo Desenvolvimento Sustentável. Para traduzir aos cooperados e às comunidades os nossos compromissos, contamos com um Plano de Sustentabilidade, Agenda e Relatório de Sustentabilidade, alinhados ao nosso plano estratégico e aderente as diretrizes do Banco Central do Brasil voltadas à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática. Quer saber mais? Acesse [www.sicoob.com.br/sustentabilidade](http://www.sicoob.com.br/sustentabilidade).

## 3. Nossa cooperativa

O SICOOB FLUMINENSE é uma instituição financeira cooperativa voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados, que, além de contar com um portfólio completo de produtos e serviços financeiros, têm participação nos resultados financeiros e contribuem para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de suas comunidades.

## 4. Política de Crédito

Nossa atuação dá-se principalmente por meio da concessão de empréstimos e captação de depósitos. Concessão essa que é realizada para cooperados após prévia análise, respeitando limites de alçadas préestabelecidos que devem ser observados e cumpridos. Realizamos, ainda, consultas cadastrais e análises através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações. Nossa política de classificação de risco de crédito está de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 88,27% nos níveis de "AA" a "C".

## 5. Governança Corporativa

A participação nas decisões é um valor que permeia nosso negócio, por isso cada cooperado e/ou delegado tem direito a voto nas assembleias. Entre as decisões, está a eleição do Conselho de Administração, que é responsável pelas decisões estratégicas. Os atos da administração da cooperativa, bem como a validação de seus balancetes mensais e do balanço patrimonial anual, são realizados pelo Conselho Fiscal que, também eleito em Assembleia, é responsável por verificar esses assuntos de forma sistemática. Ele atua de forma complementar ao Conselho de Administração. Neste mesmo sentido, a gestão dos negócios da cooperativa no dia a dia é realizada pela Diretoria Executiva.

A cooperativa possui profissional(is) designado(s) na função Agente de Controles Internos, supervisionado(s) diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos. O objetivo é acompanhar a aderência aos normativos vigentes, sejam eles internos e/ou sistêmicos (SICOOB CENTRAL RIO e Sicoob Confederação), bem como aqueles oriundos da legislação vigente. Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a cooperativa adota ferramentas de gestão como o Manual de Crédito, que foi aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela central.

Além do Estatuto Social, seguimos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento Interno da Diretoria Executiva, o Regimento do Conselho Fiscal e o Regulamento Eleitoral. A cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais. Além disso, os integrantes da nossa cooperativa estão em harmonia com o Pacto de Ética e de Conduta Profissional propostos pelo Sicoob Confederação.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos cooperados e à sociedade a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 6. Sistema de Ouvidoria

É um canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes, em que são atendidas manifestações sobre nossos produtos. No exercício de 2024, o SICOOB FLUMINENSE registrou o total de 136 manifestações. Das reclamações, 47 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos regulamentares, conforme legislação vigente.





## 7. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos criada para tornar as cooperativas financeiras tão competitivas quanto os bancos comerciais e proteger as pessoas que depositam sua confiança em cooperativas financeiras regulamentadas. Ele assegura que o cooperado receba seu dinheiro de volta nos casos de eventual intervenção ou liquidação da cooperativa financeira pelo Banco Central do Brasil, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais) por CPF ou CNPJ. De acordo com o artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933, de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

## 8. Demonstrações dos Resultados da Cooperativa

Data-base: 31 de dezembro de 2024. Unidade de Apresentação: Em reais.

Resultados Financeiros do Período	% de variação	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Sobras do Exercício – antes do Juros ao Capital	-30,75%	530.243,09	3.071.797,46	4.436.066,16

Número de cooperados	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Total	1,37%	25.393	25.049

Carteira de Crédito	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Carteira Rural	43,12%	47.629.435,88	33.280.160,48
Carteira Comercial	17,85%	305.076.043,80	258.859.971,65
Total	20,73%	352.705.479,68	292.140.132,13

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 24,51% da carteira, no montante de R\$ 87.642.410,45.

Captações	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à vista	26,37%	125.471.002,32	99.288.741,90
Depósitos sob aviso	5,38%	630.762,29	598.587,40
Depósitos a prazo	31,74%	249.061.366,42	189.049.012,31
LCA	65,86%	30.111.407,95	18.155.137,36
LCI	-97,44%	625.372,56	24.408.852,40
Total	22,44%	405.899.911,54	331.500.331,37

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2024 o percentual de 22,54% da captação, no montante de R\$ 90.611.171,03.

Patrimônio de referência	% de variação	31/12/2024	31/12/2023
Total	8,38%	62.683.596,65	57.834.225,59

## 9. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos cooperados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação. Conselho de Administração e Diretoria.



# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
<b>ATIVO</b>		<b>528.628.342,18</b>	<b>441.371.390,97</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4</b>	<b>7.558.479,93</b>	<b>4.716.338,28</b>
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>533.288.032,60</b>	<b>446.513.977,96</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	2.333.063,29	2.828.882,99
Títulos e Valores Mobiliários	6	11.951.984,11	7.505.024,30
(-) Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários		(86.964,46)	(315.833,08)
Relações Interfinanceiras		162.861.202,88	139.475.330,99
Centralização Financeira		162.861.202,88	139.475.330,99
Operações de Crédito	7	352.705.479,68	292.140.132,13
Outros Ativos Financeiros	8	3.523.267,10	4.880.440,63
<b>(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>		<b>(22.849.990,14)</b>	<b>(19.813.060,99)</b>
(-) Operações de Crédito	7.b	(21.018.211,52)	(17.533.292,00)
(-) Outras	8.1	(1.831.778,62)	(2.279.768,99)
<b>ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS</b>	<b>9</b>	<b>585.262,67</b>	<b>593.323,11</b>
<b>OUTROS ATIVOS</b>	<b>10</b>	<b>2.148.663,49</b>	<b>1.914.832,58</b>
<b>IMOBILIZADO DE USO</b>	<b>11</b>	<b>14.121.864,88</b>	<b>12.980.584,40</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>12</b>	<b>288.847,13</b>	<b>288.727,13</b>
<b>(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	<b>11 e 12</b>	<b>(6.512.818,38)</b>	<b>(5.823.331,50)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>528.628.342,18</b>	<b>441.371.390,97</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>528.628.342,18</b>	<b>441.371.390,97</b>
<b>DEPÓSITOS</b>	<b>13</b>	<b>375.163.131,03</b>	<b>288.936.341,61</b>
Depósitos à Vista		125.471.002,32	99.288.741,90
Depósitos Sob Aviso		630.762,29	598.587,40
Depósitos a Prazo		249.061.366,42	189.049.012,31
<b>DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS</b>		<b>71.774.255,51</b>	<b>79.127.851,72</b>
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	30.736.780,51	42.563.989,76
Relações Interfinanceiras		38.731.879,70	32.091.237,24
Repasse Interfinanceiros	15.a	38.731.879,70	32.091.237,24
Obrigações por Empréstimos e Repasses	15.b	2.025.635,74	4.373.615,89
Outros Passivos Financeiros	16	279.959,56	99.008,83
<b>PROVISÕES</b>	<b>17</b>	<b>624.303,54</b>	<b>721.735,97</b>
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS</b>	<b>18</b>	<b>1.648.924,24</b>	<b>1.932.128,98</b>
<b>OUTROS PASSIVOS</b>	<b>19</b>	<b>10.969.523,97</b>	<b>9.382.599,75</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>20</b>	<b>68.448.203,89</b>	<b>61.270.732,94</b>
CAPITAL SOCIAL		56.672.378,67	51.324.809,49
RESERVAS DE SOBRAS		10.541.138,76	8.310.997,22
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		1.234.686,46	1.634.926,23
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>528.628.342,18</b>	<b>441.371.390,97</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	2º Sem. 2024	31/12/2024	31/12/2023
<b>INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>38.491.216,50</b>	<b>74.499.540,25</b>	<b>67.006.513,85</b>
Operações de Crédito	22	30.323.771,06	58.756.597,68	52.342.544,27
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		7.932.682,22	15.347.572,77	14.213.027,71
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		127.633,51	246.600,88	451.972,15
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		107.129,71	148.768,92	(1.030,28)
<b>DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(25.473.734,07)</b>	<b>(48.943.014,94)</b>	<b>(44.170.254,09)</b>
Operações de Captação no Mercado	13.d	(14.088.590,89)	(26.643.956,35)	(25.764.418,99)
Operações de Empréstimos e Repasses	15.c	(1.627.401,44)	(3.074.976,71)	(3.012.122,96)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(9.757.741,74)	(19.224.081,88)	(15.393.712,14)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>13.017.482,43</b>	<b>25.556.525,31</b>	<b>22.836.259,76</b>
<b>OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(12.169.288,69)</b>	<b>(21.827.959,22)</b>	<b>(17.417.638,45)</b>
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	24	9.933.469,83	19.666.218,21	16.024.159,90
Rendas de Tarifas	25	2.699.720,14	6.099.609,05	6.209.919,75
Dispêndios e Despesas de Pessoal	26	(11.820.921,23)	(22.724.620,32)	(20.665.409,05)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	27	(10.379.232,81)	(20.274.597,60)	(18.349.187,08)
Dispêndios e Despesas Tributárias	28	(420.353,33)	(868.541,71)	(887.525,37)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	2.460.289,22	4.333.010,43	4.739.393,81
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(4.642.260,51)	(8.059.037,28)	(4.488.990,41)
<b>PROVISÕES</b>	<b>31</b>	<b>(15.328,29)</b>	<b>97.432,43</b>	<b>3.776,32</b>
Provisões/Reversões para Contingências		-	-	58.443,36
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(15.328,29)	97.432,43	(54.667,04)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>832.865,45</b>	<b>3.825.998,52</b>	<b>5.422.397,63</b>
<b>OUTRAS RECEITAS E DESPESAS</b>	<b>32</b>	<b>(29.952,41)</b>	<b>(106.802,52)</b>	<b>15.637,49</b>
<b>SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>802.913,04</b>	<b>3.719.196,00</b>	<b>5.438.035,12</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(272.669,95)</b>	<b>(647.398,54)</b>	<b>(1.001.968,96)</b>
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(166.407,14)	(396.133,73)	(617.698,89)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(106.262,81)	(251.264,81)	(384.270,07)
<b>SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES</b>		<b>530.243,09</b>	<b>3.071.797,46</b>	<b>4.436.066,16</b>

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado do Rio de Janeiro – Sicoob Fluminense, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Fluminense em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na au-



ditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo/SP, 19 de março de 2025.



Ronaldo Reimberg Lima  
Contador – CRC 1SP215393/O-1



## NOTAS EXPLICATIVAS

### 1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – SICOOB FLUMINENSE, doravante denominado SICOOB FLUMINENSE, é uma Cooperativa de Crédito Singular, instituição financeira não bancária, fundada em 06/01/1999, filiada à CCE E CRÉDITO SICOOB UNIMAIS RIO LTDA – SICOOB CENTRAL RIO e componente do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, em conjunto com outras Cooperativas Singulares e Centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias; pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades Cooperativas; pela Lei Complementar nº 130/2009, alterada pela Lei Complementar nº 196/2022, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; pela Resolução CMN nº 4.970/2021 e 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento de Cooperativas de Crédito e sobre os processos de autorização de funcionamento das instituições que especifica.

O SICOOB FLUMINENSE, sediado à RUA DOUTOR SIQUEIRA, Nº 278, PARQUE DOM BOSCO, CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ, possui: 19 Postos de Atendimento (PAs), nas seguintes localidades: SÃO JOÃO DA BARRA – RJ, ITAPERUNA – RJ, BOM JESUS DO ITABAPOANA – RJ, CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ, SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA – RJ, BOM JARDIM – RJ, SÃO FIDÉLIS – RJ, NOVA FRIBURGO – RJ, ITALVA – RJ, MENDES – RJ, ARMAÇÃO DOS BÚZIOS – RJ, CABO FRIO – RJ, IGUABA GRANDE – RJ, MACAÉ – RJ, e 1 Posto de Atendimento Digital.

O SICOOB FLUMINENSE tem como atividade preponderante a operação na área creditícia e como finalidades: (i) Proporcionar, por meio da mutualidade, assistência financeira aos associados; (ii) Formar educacionalmente seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, com a ajuda mútua da economia sistemática e o uso adequado do crédito; e (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações, entre outras: captação de recursos; concessão de créditos; prestação de garantias; prestação de serviços; formalização de convênios com outras instituições financeiras; e aplicação de recursos no mercado financeiro, incluindo depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

### 2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

#### a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BCB. Foram observadas: as diretrizes emanadas pela Lei nº 6.404/1976, bem como as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e 13.818/2019; as instruções constantes nas



Normas Brasileiras de Contabilidade (especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas); as orientações concedidas pela Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971 e pelas Leis Complementares nº 130/2009 e 196/2022; e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil – BCB e Conselho Monetário Nacional – CMN, consolidadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, consonante à Resolução CMN nº 4.818/2020, alterada pela Resolução nº 5.185/2024, Resolução CMN nº 4.924/2021, alteradas pela Resolução CMN nº 5.116/2024 e Resolução CMN nº 5.185/2024, Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Cooperativa, e sua aprovação foi concedida em 14/03/2025.

b) Convergência às normas internacionais de contabilidade O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. O CMN e o Bacen aprovaram os seguintes pronunciamentos:

Pronunciamentos CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Resolução CMN nº 4.924/2021
Setor Privado – Indústria CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	Resolução CMN nº 4.534/2016
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN nº 3.989/2011
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN nº 3.823/2009
CPC 27 – Ativo Imobilizado	Resolução CMN nº 4.535/2016
CPC 28 – Propriedade para investimento CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN nº 4.967/2021
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	Resolução CMN nº 4.877/2020
CPC 41 – Resultado por Ação	Resolução CMN nº 4.818/2020
CPC 46 – Mensuração do Valor Justo	Resolução CMN nº 4.924/2021
CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente	Resolução CMN nº 4.924/2021



### c) Moeda Funcional e apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Cooperativa. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais.

## 2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

### a) Mudanças em vigor

Apresentamos a seguir um resumo sobre as normas emitidas pelos órgãos reguladores em exercícios anteriores e atual, mas que entraram em vigor durante o período de 2024:

Instrução Normativa BCB 447 de 04 de janeiro de 2024: Altera a Instrução Normativa BCB nº 268, de 1º de abril de 2022, para criar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 459 de 26 de março de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270, 271, 273 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

Instrução Normativa BCB 481 de 28 de junho de 2024: Altera as Instruções Normativas BCB ns. 268, 270 e 275, todas de 1º de abril de 2022, e a Instrução Normativa BCB nº 315, de 27 de outubro de 2022, para criar e alterar rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

### 1) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

A Resolução CMN n.º 4.966/2021, e alterações posteriores promovidas pelas Resoluções CMN nº 5.019/2022; 5.100/2022 e 5.146/2024 e a Resolução BCB 352/2023 que, estabelecem os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 aos instrumentos financeiros quanto os seguintes aspectos: i) a classificação dos instrumentos financeiros em modelos de negócios e análise das características contratuais de fluxos de caixa; ii) taxa efetiva de juros das operações; iii) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; iii) ativo problemático e stop accrual; iv) divulgações e evidenciações em notas explicativas no que se referem aos aspectos de metodologias assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027. O objetivo também é reduzir as disparidades entre as normas contábeis do COSIF e os padrões internacionais (IFRS).

Diante da complexidade das Resoluções, aliado ao impacto contábil decorrente da revogação de 19 normativos, em especial, a Resolução CMN nº 2.682/1999 que dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, o Projeto de implementação das novas normas foi feito no Sicoob de forma centralizada e conduzida pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS). Este Projeto foi dividido em etapas de modo a realizar uma transição mais eficiente. Dessa forma, o ponto de partida da Instituição foi analisar e identificar os pontos de assimetria com as normas e políticas vigentes até 31 de dezembro de 2024, considerando os impactos decorrentes das modificações necessárias em âmbitos tecnológico, redesenho de processos, identificação de papéis e responsabilidades, gestão do processo e determinação de prazos para adequação dos planos de ação elaborados em 2022. A seguir, destacamos as etapas do Projeto no Sicoob:

- Etapa 1 – Avaliação (2022): Englobou atividades de diagnóstico para o entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, o mapeamento dos principais sistemas

impactados, a elaboração de matriz com o detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis. Para essa fase foi contratada consultoria especializada para auxiliar no processo de avaliação;

- Etapa 2 – Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, a definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas;

- Etapa 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (por exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “De x Para” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

- Etapa 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e a implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

- Etapa 5 – Atividades de transição (2024): Definição do novo modelo de divulgação, apuração do balanço de abertura e cálculo dos impactos da adoção inicial além de atividades de treinamentos, paralelismo de alguns desenvolvimentos sistêmicos prontos e novos processos;

- Etapa 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/2021 e análise dos impactos estimados sobre o resultado e posição financeira da Instituição com a implementação da regulação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/2021.

Dentre as atividades da Etapa 6, a instituição realizou no decorrer do segundo semestre de 2024, simulações de impacto para obter uma melhor compreensão do efeito potencial da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 nos saldos contábeis de patrimônio e resultado por meio das simulações de perdas esperadas.

## **2) Efeitos da aplicação das Resoluções CMN n.º 4.966/2021 e BCB n.º 352/2023 no Sicoob:**

Destacamos a seguir, os principais aspectos da norma com impacto em divulgações e sobre o ajuste no patrimônio líquido:

- Classificação em modelos de negócios: Conforme requerido pela norma, foram aprovadas pelos órgãos de governança, as Políticas de Modelos de Negócios aplicáveis a todas as entidades sistêmicas. Neste sentido, o Sicoob classificou os ativos objeto de gestão financeira nos seguintes modelos e respectivas mensurações contábeis:

- Modelo de Negócio 1: Manter os ativos para recebimento de fluxos de caixa contratuais;

Mensuração contábil e reconhecimento: Custo amortizado com os efeitos reconhecidos no resultado do período;

- Modelo de Negócio 2: Gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do Ativo Financeiro Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) com os efeitos dos juros da operação reconhecidos no resultado do período e os ajustes decorrentes da marcação a mercado (MtM) no patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários);

- Modelo de Negócio 3: Outros modelos de negócios Mensuração contábil e reconhecimento: Valor justo por meio do resultado (VJR) com os efeitos reconhecidos no resultado do período; As remensurações dos ativos financeiros foram avaliadas pela administração considerando as



definições nos modelos de negócios e Teste de SPPJ para os instrumentos classificados nos modelos de negócios 2 e 3, previstos no art. 4º da Resolução CMN nº 4.966/2021, e da Resolução BCB nº 352/2023, como resultado, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da exigência normativa.

– Taxa de juros efetiva da operação (TJEO): o Sicoob, conforme estabelece a Resolução CMN n.º 4.966/2021, adotará de forma prospectiva a TJEO e passa a considerar os custos e receitas originados nas novas transações e que sejam qualificáveis para a aplicação da metodologia da taxa efetiva de juros para as novas operações, a partir de 1º de janeiro de 2025. Desta forma, estes custos e receitas serão incorporados aos saldos contábeis brutos das transações e reconhecidos no resultado.

– Suspensão dos juros (stop accrual): de acordo com a Resolução CMN n.º 4.966/2021, a suspensão de juros de um contrato deve ocorrer quando o ativo for marcado com problemas de recuperação (caracterização do ativo problemático) ou quando ocorrer atraso superior a 90 (noventa dias), diferentemente do que estabelecia a Resolução CMN n.º 2.682/1999, cujo parâmetro para suspensão dos juros era apenas para as operações que apresentassem atrasos superiores a 59 (cinquenta e nove dias).

Conforme diretrizes constantes no Comunicado BCB nº 42.403/2024, a Instituição adotou na carteira de crédito, o ajuste da posição de suspensão de juros (stop accrual) realizado nas operações em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendam à condição de ativos problemáticos.

– Alocação em estágios: dadas as exigências normativas todos os ativos financeiros do Sicoob deverão ser alocados em estágio conforme descrito a seguir:

- Estágio 1: ativos financeiros que no reconhecimento inicial não apresentam problemas de recuperação de crédito, ou seja, não foram caracterizados como ativos problemáticos nem houve aumento significativo do risco de crédito;

- Estágio 2: ativos financeiros que aumentaram significativamente o risco de crédito em relação ao apurado na alocação de origem da operação no Estágio 1 ou ativos financeiros que deixaram de ser caracterizados como ativo com recuperação de crédito;

- Estágio 3: ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito.

– Perdas esperadas (PE): A partir das simulações efetuadas no Sicoob, observamos um incremento no valor da perda esperada (PE) associadas ao risco de crédito, tal efeito principalmente oriundo da transição da metodologia de estimação de perda esperada. Portanto, os valores de perdas esperadas para os ativos financeiros consideraram os potenciais efeitos decorrentes dos pisos mínimos e/ou da aplicação dos modelos internos elaborados pela área de modelagem de riscos do Sicoob.

Acerca dos efeitos supracitados, segundo melhores estimativas, a administração avaliou como efeito decorrente do cálculo de perda esperada exigido pela Resolução CMN n.º 4.966/2021, um acréscimo no valor aproximado de R\$ 6.211.685,13, correspondente a 9,08% sobre o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais. Os ajustes serão contabilizados em 1º de janeiro de 2025 em conta destacada no patrimônio líquido.



– Baixa para prejuízo de ativos financeiros (desreconhecimento/Write-Off): O ativo financeiro deverá ser baixado para prejuízo quando não seja provável que a instituição recupere o seu valor. Isto é, quando a recuperação seja remota. Os critérios devem estabelecidos para a baixa dos ativos financeiros devem ser consistentes e passíveis de verificação.

– Hierarquia de valor justo: os instrumentos financeiros do Sicoob serão categorizados conforme hierarquia do valor justo, descritos a seguir:

- Nível 1: instrumentos financeiros cujos preços cotados (não ajustados) são feitos em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos disponíveis na data da mensuração;

- Nível 2: instrumentos financeiros cujos preços incluem informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Neste caso, os ativos são precificados internamente pois não há mercado que os precifique.

- Nível 3: instrumentos financeiros para os quais não há mercado ativo e tampouco informações observáveis para tal.

– Efeitos tributários Cooperativas: em decorrência da adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, para as cooperativas não há efeitos tributários a serem registrados dado que a Lei 14.467/2022 não é aplicável.

### **3) Outros aspectos de regulação:**

Concomitante a mudança trazida pelas Resoluções já mencionadas, está a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. O Banco Central do Brasil (BCB) reestruturou o elenco de contas do COSIF, estabelecendo novas estruturas e limitando os níveis de agregação das contas. As alterações promovidas foram publicadas pelo órgão regulador nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB nº 318, de 4 de novembro de 2022: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB nº 390, de 12 de junho de 2024: trata da utilização do Padrão Contábil (Cosif) e da estrutura do elenco de contas do COSIF;

iii) Instruções Normativas BCB nº 426 a 433: atualizadas em 05 de novembro de 2024 pelas Instruções Normativas BCB nº 537 a 544: define as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) referentes aos grupos: (i) ativo realizável e permanente; (ii) grupos de compensação ativa e passiva; (iii) passivo exigível; (iv) patrimônio líquido; (v) resultado credor e devedor;

Os impactos da adoção dos normativos citados foram avaliados pelo Sicoob e estarão refletidos na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025 quando passam a vigorar.

Em complemento, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil deverão aplicar a partir de 1º de janeiro de 2025, a Resolução CMN nº



4.975, de 16 de dezembro de 2021, e respectivas alterações posteriores da Resolução CMN nº 5.101, de 24 de agosto de 2023, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Essa norma estabelece os requisitos para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil por instituições financeiras com base no CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A norma é aplicável a todos os contratos de arrendamento, contudo, faculta às instituições financeiras a aplicação prospectiva conforme Artigo 2º, parágrafo 5º da referida Resolução.

Tendo como base as análises efetuadas e a faculdade prevista na Resolução, a instituição adotará a norma prospectivamente para os contratos a serem celebrados a partir 1º de janeiro de 2025, data em que passa a vigorar conforme determinação da autoridade monetária.

## **2.2 Continuidade dos Negócios**

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

## **2.3 Reapresentação de Informações Comparativas**

No que foi praticável a reapresentação retrospectiva, de forma a manter a comparabilidade com o período anterior, conforme a aplicação do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de junho de 2021), as informações financeiras relativas ao balanço patrimonial, à demonstração de sobras ou perdas, à demonstração das mutações do patrimônio líquido e à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 2023 são reapresentadas abaixo:

O saldo constante na linha de “Reversão/Realização de Fundo” foi reclassificado na Demonstração do Fluxos de Caixa – DFC, em 2023, do grupo de “atividades de financiamentos” para “aumento/redução em passivos operacionais”. O montante envolvido foi de R\$ 24.886,67.

A reapresentação descrita não resultou na modificação do saldo da Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC apurada no exercício findo em 2023.

## **3. Resumo das Principais Políticas Contábeis**

### **a) Apuração do Resultado**

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas do sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as Cooperativas e seus associados, ou Cooperativas entre si, para o

cumprimento de seus objetivos estatutários, e os atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

#### b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

#### c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, a contar da data de aquisição.

#### d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros, e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

#### e) Títulos e Valores Mobiliários

Compõem os Títulos e Valores Mobiliários:

- i) Participações de Cooperativas: registradas pelo valor do custo, conforme reclassificação requerida pela Resolução CMN nº 4.817/2020, alterada pela Resolução CMN 5.116/2024, e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 01/04/2022.
- ii) Cédulas de Produto Rural (CPRs): títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

As Cédulas de Produto Rural (CPRs) são importantes fontes de financiamento para os produtores rurais, precisam ser registradas ou depositadas em instituições autorizadas pelo Banco Central (BC). É um título de crédito emitido por produtores rurais, cooperativas e associações, com a finalidade de captação de recursos para produção ou empreendimento, com aval de uma instituição financeira.

A Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira (CPR-F), prefixada e pós-fixada, é um título representativo de uma obrigação em dinheiro, cujo índice de apuração do débito é o valor do produto especificado na cédula mais juros pactuados.

Para realização da provisão de desvalorização da CPR são utilizadas as métricas de cálculo da Resolução CMN 2.682/99, considerando o nível de risco e dias de atraso.

- iii) Outros Títulos de Renda Fixa, Renda Variável e Fundos de Investimentos: os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

#### f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a Co-



operativa Central, e utilizados por ela para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/1971, essas ações são definidas como atos cooperativos.

#### g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

#### h) Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito, definindo regras para a constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e enquanto não forem esgotados todos os procedimentos para cobrança, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

#### i) Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda

São os bens de propriedade da Cooperativa não utilizados no desempenho da atividade social, recebidos para liquidação parcial ou total de operações de crédito de difícil ou duvidosa solução, a Resolução CMN nº 4.747/2019 determina a segregação dos ativos não financeiros mantidos para venda em próprios e recebidos de terceiros. A mensuração do valor contábil e os procedimentos para ajuste anual do valor contábil são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/2021.

#### j) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

#### k) Imobilizado de Uso

Está composto por equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.535/2016, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado dos bens: imóveis de uso – 5%, equipamentos de uso – 10%; veículos e processamento de dados – 20%.



#### l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Nos termos da Resolução CMN nº 4.534/2016, as amortizações são calculadas pelo método linear, são amortizados a uma taxa anual de 20%.

#### m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras.

#### n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

#### o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

#### p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

#### q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

#### r) Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com a Resolução CMN 3.823/2009, que determina a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por parte das Instituições Financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. As Provisões são reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar essa obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para Demandas Judiciais são reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras, e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.



As Obrigações Legais são aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou um outro instrumento fundamentado em lei, que a Cooperativa tem por diretriz.

#### s) Tributos

Em cumprimento ao art. 87 da Lei nº 5.764/1971, os rendimentos auferidos através de serviços prestados a não associados são submetidos à tributação dos impostos que lhes cabem, sendo eles, a depender da natureza do serviço, Imposto de Renda (IRPJ), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

O IRPJ e a CSLL têm incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018), nas alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10%, para o IRPJ e 15% para a CSLL. Ambas as alíquotas incidem sobre o lucro líquido, após os devidos ajustes e compensações de prejuízos.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas contribuem com o PIS à alíquota de 0,65% e COFINS à alíquota de 4%, incidentes sobre as receitas auferidas com não Associados, após deduções legais previstas na legislação tributária.

As alíquotas dos impostos federais correspondem às regras fiscais determinadas pelo poder Legislativo para o Lucro Real, regime de tributação adotado pelas cooperativas do Sicoob.

O ISSQN é aplicado sobre as receitas auferidas com serviços específicos, sendo recolhido mediante a aplicação de alíquota definida pelo município sede do Ponto de Atendimento (PA) que tenha prestado o serviço à não Associado.

O resultado apurado em operações realizadas com Associados não tem incidência de tributação.

#### t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses após a data-base do balanço estão classificados no curto prazo (circulante), e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

#### u) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo – exceto outros valores e bens – for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

#### v) Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 7/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal.

w) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Como definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrentes de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com a tendência de não se repetir no futuro.

x) Instrumentos Financeiros

O SICOOB FLUMINENSE opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, operações de crédito, operações com característica de crédito, operações de câmbio, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses, dentre outros.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	7.558.479,93	4.716.338,28
Relações interfinanceiras – centralização financeira (a)	162.861.202,88	139.475.330,99
TOTAL	170.419.682,81	144.191.669,27

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL RIO como determinado no art. 3º, da Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, cujos rendimentos auferidos nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023 registrados em contrapartida à receita de “Ingressos de Depósitos Intercooperativos”, foram respectivamente:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos da Centralização Financeira	7.932.682,22	15.347.572,77	14.213.027,71

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:





Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ligadas	-	-	-	726.806,43	2.102.076,56	2.828.882,99
Não Ligadas – Vinculados Ao Crédito Rural (a)	2.333.063,29	-	2.333.063,29	-	-	-
TOTAL	2.333.063,29	-	2.333.063,29	726.806,43	2.102.076,56	2.828.882,99

(a) As cooperativas Singulares são consideradas, por exclusão, como sociedades não ligadas ao Banco Sicoob. Isso se deve ao fato de que elas possuem apenas ações preferenciais, conferindo-lhes o direito exclusivo à preferência na obtenção de dividendos, conforme estabelecido em seus estatutos. Em relação à garantia, informamos que todas as aplicações em Depósitos Interfinanceiros realizadas no Banco Sicoob são descritas como sem garantia.

Referem-se às aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob com remuneração média de 101% do CDI.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez”, foram, respectivamente:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	127633,51	246600,88	451972,15

## 6. Títulos e Valores Mobiliários

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, títulos e valores mobiliários estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Participação em Cooperativa Central de Crédito	-	9.308.796,51	9.308.796,51	-	6.727.424,80	6.727.424,80
Outras Participações	-	-	-	285.531,14	-	285.531,14
CPR-F (b)	1.690.345,52	952.815,34	2.643.160,86	311.712,37	180.331,03	492.043,40
Cotas de Fundos de Investimento	26,74	-	26,74	24,96	-	24,96
(-) Outros No País (b.1)	(73.120,76)	(13.843,70)	(86.964,46)	(30.301,94)	-	(30.301,94)
(-) Cotas Da Central	-	-	-	(285.531,14)	-	(285.531,14)
TOTAL	1.617.251,50	10.247.768,15	11.865.019,65	281.435,39	6.907.755,83	7.189.191,22

(a) Referem-se a saldos de participações de cooperativas em entidades avaliadas pelo custo de aquisição que compõe o saldo do grupo de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/2020 e na Instrução Normativa BCB nº 269 de 1/4/2022.

Na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC a apresentação das variações desses ativos foi mantida no fluxo das “Atividades de Investimento”, tendo em vista que a reclassificação realizada pelo Banco central do Brasil não alterou a essência dessas participações, que permanecem sendo ativos de longo prazo conforme item 16.a do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(b) Referem-se às Cédulas de Produto Rural (CPR-F) liberadas aos Cooperados, conforme Lei nº 8.929/1994 e alterações posteriores.

(b.1) Referem-se aos valores destinados à formação de provisão para desvalorizações de títulos e valores mobiliários das CPRs.

Os rendimentos auferidos com Títulos e Valores Mobiliários nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, registrados em contrapartida à receita de “Rendas de Títulos de Renda Fixa”, foram, respectivamente:



Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Títulos de Renda Fixa	131.077,15	205.431,44	29.271,66
Reversão de Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	11.103,44	19.861,17	376,84
Provisão para Desvalorização de Títulos e Valores Mobiliários	(35.050,88)	(76.523,69)	(30.678,78)
TOTAL	107.129,71	148.768,92	(1.030,28)

## 7. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	114.797.140,08	175.306.542,09	290.103.682,17	100.373.620,45	145.256.931,30	245.630.551,75
Financiamentos	6.909.668,97	8.062.692,66	14.972.361,63	6.039.869,34	7.189.550,5	13.229.419,90
Financiamentos Rurais	16.499.528,13	31.129.907,75	47.629.435,88	10.210.516,16	23.069.644,32	33.280.160,48
Total de Operações de Crédito	138.206.337,18	214.499.142,50	352.705.479,68	116.624.005,95	175.516.126,18	292.140.132,13
(-) Provisões para Operações de Crédito	(10.840.532,73)	(10.177.678,79)	(21.018.211,52)	(8.864.322,68)	(8.668.969,32)	(17.533.292,00)
TOTAL	127.365.804,45	204.321.463,71	331.687.268,16	107.759.683,27	166.847.156,86	274.606.840,13



b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº2.682/1999:

Nível / Percentual			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2024	Provisões
AA	-	Normal	33.721.410,53	739.998,79	5.100.265,47	39.561.674,79		27.204.588,50	(469.738,17)
A		Normal	67.098.975,70	4.783.967,43	17.614.034,99	89.496.978,12	(447.484,89)	93.947.634,84	(855.790,36)
B	1%	Normal	105.035.694,23	5.277.734,97	18.377.450,81	128.690.880,01	(1.286.908,80)	85.579.036,15	(2.022,46)
B	1%	Vencidas	8.167.826,16	586.819,89	-	8.754.646,05	(87.546,46)	202.246,10	(1.563.461,05)
C	3%	Normal	34.568.492,77	2.668.941,34	4.393.664,73	41.631.098,84	(1.248.932,97)	52.115.368,49	(46.232,82)
C	3%	Vencidas	5.310.424,94	42.635,85	-	5.353.060,79	(160.591,82)	1.541.094,15	(903.752,86)
D	10%	Normal	7.113.644,52	196.883,52	650.701,18	7.961.229,22	(796.122,92)	9.037.528,62	(110.139,16)
D	10%	Vencidas	5.666.845,79	196.883,52	-	5.854.060,56	(585.406,06)	1.101.391,62	(774.727,62)
E	30%	Normal	2.097.148,09	58.580,83	367.205,16	2.522.934,08	(756.880,22)	2.582.425,41	(1.298.740,67)
E	30%	Vencidas	3.765.488,00	70.927,59	-	3.836.415,59	(1.150.924,68)	4.329.135,55	(1.477.947,05)
F	50%	Normal	3.943.034,12	29.542,50	88.229,72	4.060.806,34	(1.150.924,68)	2.955.894,10	(809.399,37)
F	50%	Vencidas	2.339.599,11	115.775,61	-	2.455.374,72	(1.227.688,76)	1.618.796,52	(633.570,07)
G	70%	Normal	376.653,52	-	-	376.653,52	(263.657,46)	905.100,10	(1.008.283,83)
G	70%	Vencidas	3.899.927,31	13.418,48	-	3.913.345,79	(2.739.342,05)	1.440.405,47	(741.829,01)
H	100%	Normal	1.205.198,99	14.576,24	151.332,90	1.371.108,13	(1.371.108,13)	741.829,01	(6.837.657,50)
H	100%	Vencidas	5.793.318,39	185.343,82	886.550,92	6.865.213,13	(1.371.108,13)	6.837.657,50	(7.420.816,19)
Total Normal			255.160.252,47	13.770.225,62	46.742.884,96	315.673.363,05	(8.201.498,56)	275.069.405,22	(10.112.475,81)
Total Vencidos			34.943.429,70	1.202.136,01	886.550,92	37.032.116,63	(12.816.712,96)	17.070.726,91	(17.533.292,00)
Total Geral			290.103.682,17	14.972.361,63	47.629.435,88	352.705.479,68	(21.018.211,52)	292.140.132,13	
Provisões			(18.834.179,39)	(523.147,12)	(1.660.885,01)	(21.018.211,52)		(17.533.292,00)	
Total Líquido			271.269.502,78	14.449.214,51	45.968.550,87	331.687.268,16		274.606.840,13	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (diário):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Títulos Descontados	47.337.361,55	67.459.778,53	175.306.542,09	290.103.682,17	245.630.551,75
Financiamentos	2.001.003,87	4.908.665,10	8.062.692,66	14.972.361,63	13.229.419,90
Financiamentos Rurais	3.317.820,38	13.181.707,75	31.129.907,75	47.629.435,88	33.280.160,48
TOTAL	52.656.185,80	85.550.151,38	214.499.142,50	352.705.479,68	292.140.132,13



d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	% da Carteira	31/12/2024	31/12/2023
Setor Privado – Comércio	62.324.415,53	70.625,20	-	17,69%	62.395.040,73	47.905.182,35
Setor Privado – Indústria	2.040.645,87	3.556,48	-	0,58%	2.044.202,35	3.028.268,30
Setor Privado – Serviços	167.986.308,66	6.195.215,03	1.088.312,34	49,69%	175.269.836,03	147.104.273,47
Pessoa Física	56.220.224,60	8.702.964,92	46.159.792,83	31,49%	111.082.982,35	92.365.861,83
Outros	1.532.087,51	-	381.330,71	0,54%	1.913.418,22	1.736.546,18
TOTAL	290.103.682,17	14.972.361,63	47.629.435,88	100,00%	352.705.479,68	292.140.132,13

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(17.533.292,00)	(13.424.866,86)
Constituições/ Reversões no período	(16.263.946,20)	(12.338.846,81)
Transferência para prejuízo no período	12.779.026,68	8.230.421,67
Saldo Final	(21.018.211,52)	(17.533.292,00)

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Devedor	12.127.507,05	3,39%	9.824.499,18	3,32%
10 Maiores Devedores	64.279.437,10	17,97%	44.740.263,77	15,13%
10 Maiores Devedores	124.738.815,12	34,88%	97.096.096,14	32,84%

Compõe o saldo da concentração de devedores as operações de crédito e as operações de outros créditos.

Não estão contemplados no saldo os valores de encargos financeiros gerados pela utilização de limites de cheque especial.

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	29.676.129,64	21.599.430,30
Valor das operações transferidas no período	16.175.208,43	10.572.261,14
Valor das operações recuperadas no período	(1.857.886,86)	(1.904.323,30)
Valor das operações renegociadas no período	(46.401,42)	(12.537,94)

Para fins de apuração dos valores de movimentação de saldos em prejuízo, são considerados os lançamentos decorrentes de operações de crédito e de operações de outros créditos.

h) Operações renegociadas:

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, abaixo os montantes de operações renegociadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Operações renegociadas	49660776,05	28182449,41

## 8. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estão assim compostos:



Descrição	31/12/2024			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	2.441.428,49	-	2.441.428,49	3.157.392,77	-	3.157.392,77
Rendas a Receber (b)	953.225,32	-	953.225,32	921.410,69	-	921.410,69
Títulos e Créditos a Receber (c)	127.955,96	-	127.955,96	801.037,17	-	801.037,17
Devedores por Depósitos em Garantia	-	657,33	657,33	-	600,00	600,00
TOTAL	3.522.609,77	657,33	3.523.267,10	4.879.840,63	600,00	4.880.440,63

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da Cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(b) Em Rendas a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Rendas de Convênios	23.564,38	-	23.564,38	37.458,83	-	37.458,83
Rendas de Cartões	596.955,70	-	596.955,70	578.655,87	-	578.655,87
Rendas de Domicílio Bancário	228.728,88	-	228.728,88	210.694,12	-	210.694,12
Rendas de Poupança	33.439,17	-	33.439,17	27.274,40	-	27.274,40
Rendas de Transações Interfinanceiras	30.930,24	-	30.930,24	27.713,94	-	27.713,94
Outras Rendas a Receber	39.606,95	-	39.606,95	39.613,53	-	39.613,53
TOTAL	953.225,32	-	953.225,32	921.410,69	-	921.410,69

(c) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou de Ativos não Financeiros Mantidos para Venda –Recebidos;



(d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Valores a receber – Tarifas	-	-	-	756.528,95	-	756.528,95
Valores a receber – Bônus e rebate – PGPAF	-	-	-	5.000,00	-	5.000,00
Valores a receber – Aluguel SIPAG 2.0	126.209,23	-	126.209,23	36.778,22	-	36.778,22
Títulos de crédito a receber sem características de concessão de crédito	1.746,73	-	1.746,73	2.730,00	-	2.730,00
TOTAL	127.955,96	-	127.955,96	801.037,17	-	801.037,17

### 8.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(1.831.778,62)	-	(1.831.778,62)	(2.279.768,99)	-	(2.279.768,99)
TOTAL	(1.831.778,62)	-	(1.831.778,62)	(2.279.768,99)	-	(2.279.768,99)

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:



## 9. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os ativos fiscais, correntes e diferidos estão assim compostos:

Nível / Percentual de Risco / Situação de Risco			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
E	30%	Normal	45.627,99	45.627,99	(13.688,40)	163.481,54	(49.044,46)
E	30%	Vencidas	575.228,81	575.228,81	(172.568,64)	822.231,10	(246.669,33)
F	50%	Vencidas	31.563,41	31.563,41	(15.781,86)	-	(0,26)
G	70%	Vencidas	89.612,84	89.612,84	(44.806,42)	255.305,13	(127.652,57)
H	100%	Normal	381.540,48	381.540,48	(267.078,34)	199.908,78	(139.936,15)
H	100%	Vencidas	39,14	39,14	(39,14)	930,53	(930,53)
Total Normal			1.317.815,82	1.317.815,82	(1.317.815,82)	1.715.535,69	(1.715.535,69)
Total Vencidos			77.230,54	77.230,54	(29.509,40)	164.412,07	(49.975,25)
Total Geral			2.364.197,95	2.364.197,95	(1.802.269,22)	2.992.980,70	(2.229.793,74)
Provisões			2.441.428,49	2.441.428,49	(1.831.778,62)	3.157.392,77	(2.279.768,99)
Total Líquido			(1.831.778,62)	(1.831.778,62)		(2.279.768,99)	

## 10. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os outros ativos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Adiantamentos e Antecipações Salariais	37.120,93	-	37.120,93	105.668,26	-	105.668,26
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	31.318,72	-	31.318,72	25.201,23	-	25.201,23
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	236.853,27	-	236.853,27	211.594,11	-	211.594,11
Pagamentos a Ressarcir	466,30	-	466,30	723,89	-	723,89
Devedores Diversos – País (a)	1.091.973,23	-	1.091.973,23	914.875,33	-	914.875,33
Material em Estoque	6.531,00	-	6.531,00	7.084,00	-	7.084,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	20.200,00	377.636,41	397.836,41	-	377.636,41	377.636,41
Despesas Antecipadas (c)	420.039,74	-	420.039,74	344.420,42	-	344.420,42
Sem Característica de Concessão de Crédito	(73.476,11)	-	(73.476,11)	(72.371,07)	-	(72.371,07)
TOTAL	1.771.027,08	377.636,41	2.148.663,49	1.537.196,17	377.636,41	1.914.832,58

(a) Em Devedores Diversos estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar	300.215,64	-	300.215,64	130.167,30	-	130.167,30
Plano de Saúde a Receber	459.084,15	-	459.084,15	577.050,84	-	577.050,84
Pendências a Regularizar – Banco Sicoob	23.050,52	-	23.050,52	46.121,19	-	46.121,19
Diferença de Caixa	104.768,60	-	104.768,60	7.929,91	-	7.929,91
Estoque de Pontos	-	-	-	10.470,86	-	10.470,86
Descontos em Folha	33.828,40	-	33.828,40	28.562,74	-	28.562,74
Pendências Avais	6.082,22	-	6.082,22	4.753,73	-	4.753,73
Proagro – Adicional	6,56	-	6,56	-	-	-
Valores a Receber – Mensalidades	116.680,74	-	116.680,74	91.007,46	-	91.007,46
Outros Devedores Diversos	48.256,40	-	48.256,40	18.811,30	-	18.811,30
TOTAL	1.091.973,23	-	1.091.973,23	914.875,33	-	914.875,33

(b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos estão registrados os valores de bens recebidos para pagamento de operações com associados, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

## 11. Imobilizado de Uso

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do imobilizado de uso estão assim compostos:



Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizado em Curso (a)		433.209,73	302.390,95
Terrenos		1.586.095,50	1.326.095,50
Edificações	4%	2.674.459,73	2.674.459,73
Instalações	10%	1.000.598,22	851.620,18
Móveis e equipamentos de Uso	10%	3.993.701,28	3.200.592,67
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.817.689,49	2.066.718,55
Sistema de Segurança	10%	598.908,54	583.413,58
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		2.017.202,39	1.975.293,24
Total de Imobilizado de Uso		14.121.864,88	12.980.584,40
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso – Edificações		(1.028.471,09)	(921.492,65)
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(472.382,11)	(380.392,64)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(3.928.946,59)	(3.487.443,44)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(842.995,79)	(811.896,74)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(6.272.795,58)	(5.601.225,47)
TOTAL		7.849.069,30	7.379.358,93

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.



12. Intangível

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os montantes do intangível estão assim compostos:

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2024	31/12/2023
Sistemas de Processamento de Dados	20%	175.793,06	175.673,06
Licenças e Direitos Autorais e De Uso		113.054,07	113.054,07
Intangível		288.847,13	288.727,13
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis		(240.022,80)	(222.106,03)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(240.022,80)	(222.106,03)
TOTAL		48.824,33	66.621,10

13. Depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os depósitos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósito à Vista (a)	125.471.002,32	-	125.471.002,32	99.288.741,90	-	99.288.741,90
Depósito Sob Aviso	630.762,29	-	630.762,29	598.587,40	-	598.587,40
Depósito a Prazo (b)	249.051.138,33	10.228,09	249.061.366,42	189.049.012,31	-	189.049.012,31
TOTAL	375.152.902,94	10.228,09	375.163.131,03	288.936.341,61	-	288.936.341,61

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

(b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ – com exceção de contas conjuntas, que têm seu valor dividido pelo número de titulares – pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva



financeira constituída pelas Cooperativas de Crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme a determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, como regulamentado, passa a ser feito em “Dispêndios de captação no mercado”.

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2024	% Carteira Total	31/12/2023	% Carteira Total
Maior Depositante	11.937.125,50	2,97%	17.392.896,14	5,29%
10 Maiores Depositantes	66.505.364,27	16,54%	50.877.806,40	15,46%
50 Maiores Depositantes	128.313.906,53	31,92%	94.119.367,12	28,61%

Compõe o saldo da concentração de depositantes os valores captados através de Depósitos, Conta Benefício do INSS, Conta Salário, Ordens de Pagamento e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos. Os depósitos a prazo são considerados líquidos de impostos.

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(33.063,00)	(64.398,65)	(60.345,07)
Despesas de Depósitos a Prazo	(11.968.000,69)	(22.201.896,76)	(21.478.804,52)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.113.576,85)	(2.008.805,84)	(1.948.023,79)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(693.408,06)	(1.832.834,94)	(1.849.920,12)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(280.542,29)	(536.020,16)	(427.325,49)
TOTAL	(14.088.590,89)	(26.643.956,35)	(25.764.418,99)

#### 14. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se às Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/2004) e às Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreadas por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel (Lei nº 10.931/2004). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. Imobiliário – LCI	625.372,56	-	625.372,56	24.408.852,40	-	24.408.852,40
"Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio – LCA"	14.231.073,57	15.880.334,38	30.111.407,95	6.954.825,23	11.200.312,13	18.155.137,36
TOTAL	14.856.446,13	15.880.334,38	30.736.780,51	31.363.677,63	11.200.312,13	42.563.989,76

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI – Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 13.d) – Depósitos – Despesas com operações de captação de mercado.

### 15. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros, e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades inclusive Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

#### a) Repasses Interfinanceiros:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos do Banco Sicoob	14.531.251,75	24.200.627,95	38.731.879,70	9.491.764,08	22.599.473,16	32.091.237,24
TOTAL	14.531.251,75	24.200.627,95	38.731.879,70	9.491.764,08	22.599.473,16	32.091.237,24

As taxas de juros praticadas nas operações interfinanceiras com o Banco Sicoob correspondem a uma média de 7% ao ano, com vencimento até 29/12/2033.

#### b) Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cooperativa Central	1.186.504,52	839.131,22	2.025.635,74	357.582,54	4.016.033,35	4.373.615,89
TOTAL	1.186.504,52	839.131,22	2.025.635,74	357.582,54	4.016.033,35	4.373.615,89

As operações com Recursos da Central correspondem a uma taxa média de 103% CDI, com vencimento até 05/06/2030.



c) Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob	(1.503.006,84)	(2.774.119,55)	(1.902.563,93)
Cooperativa Central	(124.394,60)	(300.857,16)	(1.109.559,03)
TOTAL	(1.627.401,44)	(3.074.976,71)	(3.012.122,96)

**16. Outros Passivos Financeiros**

Os recursos de terceiros que estão com a Cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	23.686,52	-	23.686,52	2.323,85	-	2.323,85
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	188.963,63	-	188.963,63	13.218,20	-	13.218,20
Operações com Títulos e Valores Mobiliários – IOF a Recolher (b)	67.309,41	-	67.309,41	83.466,78	-	83.466,78
TOTAL	279.959,56	-	279.959,56	99.008,83	-	99.008,83

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros estão registrados:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Cobrança de Terceiros em Trânsito	23.586,52	-	23.586,52	2.223,85	-	2.223,85
Outros Recursos em Trânsito de Terceiros	100,00	-	100,00	100,00	-	100,00
TOTAL	23.686,52	-	23.686,52	2.323,85	-	2.323,85

(b) Em Operações com Títulos e Valores Mobiliários – IOF a Recolher estão registrados:



Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Operações de Crédito – IOF	45.066,76	-	45.066,76	51.017,53	-	51.017,53
Municipais	21.600,78	-	21.600,78	31.233,74	-	31.233,74
Outras Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	641,87	-	641,87	1.215,51	-	1.215,51
TOTAL	67.309,41	-	67.309,41	83.466,78	-	83.466,78

## 17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de provisões estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a)	591.981,17	32.322,37	624.303,54	616.500,31	105.235,66	721.735,97
TOTAL	591.981,17	32.322,37	624.303,54	616.500,31	105.235,66	721.735,97

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela Cooperativa, conforme determina a Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos Associados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Coobrigações Prestadas	30.252.516,54	30.872.889,36
TOTAL	30.252.516,54	30.872.889,36

### (b) Provisão para Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de



seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificadas como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às Demandas Judiciais:

Descrição	31/12/2023		31/12/2022	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Outras Contingências	-	657,33	-	600,00
TOTAL	-	657,33	-	600,00

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB FLUMINENSE, existem processos judiciais nos quais a Cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 226.706,81 (em 2023 totalizando R\$ 837.638,44). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

## 18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	647.398,50	-	647.398,50	1.001.968,96	-	1.001.968,96
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	175.059,56	-	175.059,56	167.121,00	-	167.121,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	749.793,15	-	749.793,15	654.123,73	-	654.123,73
Outros (a)	76.673,03	-	76.673,03	108.915,29	-	108.915,29
TOTAL	1.648.924,24	-	1.648.924,24	1.932.128,98	-	1.932.128,98

(a) A seguir, a composição dos saldos de outras obrigações fiscais, correntes e diferidas:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
IRRF sobre aplicações financeiras	32.085,71	-	32.085,71	56.172,43	-	56.172,43
ISSQN a recolher	26.748,87	-	26.748,87	32.209,64	-	32.209,64
PIS faturamento a recolher	2.448,75	-	2.448,75	2.833,25	-	2.833,25
COFINS a recolher	15.389,70	-	15.389,70	17.699,97	-	17.699,97
TOTAL	76.673,03	-	76.673,03	108.915,29	-	108.915,29

## 19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos de outros passivos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Sociais e Estatutárias (a)	5.231.260,54	-	5.231.260,54	4.551.701,42	-	4.551.701,42
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros (b)	1.392.670,38	-	1.392.670,38	1.500.940,75	-	1.500.940,75
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (c)	3.835.656,85	-	3.835.656,85	2.953.959,51	-	2.953.959,51
Credores Diversos – País (d)	509.936,20	-	509.936,20	375.998,07	-	375.998,07
TOTAL	10.969.523,97	-	10.969.523,97	9.382.599,75	-	9.382.599,75

(a) A seguir, a composição dos saldos de passivos sociais e estatutárias, e os respectivos detalhes:



Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Gratificações e Participações a Pagar (a.1)	97.365,82	-	97.365,82	-	-	-
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	4.690.444,71	-	4.690.444,71	4.101.481,73	-	4.101.481,73
Fundos Voluntários	2.961,24	-	2.961,24	4.124,41	-	4.124,41
"FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.3)"	440.488,77	-	440.488,77	446.095,28	-	446.095,28
TOTAL	5.231.260,54	-	5.231.260,54	4.551.701,42	-	4.551.701,42

(a.1) A Participação dos empregados nos Resultados está consubstanciada pela Lei 10.101/2000 e por convenção coletiva. A Cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados em resultado e essa, modalidade de remuneração variável não se incorpora aos salários dos empregados e está atrelada à performance da Cooperativa.

A legislação determina que o pagamento seja efetuado de acordo com regras previamente estabelecidas por meio de Acordo Coletivo de Trabalho homologado junto ao sindicato da categoria e devidamente registrado no Ministério do Trabalho;

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos Associados, seus familiares e empregados da Cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue a determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para as quais se destina, ao final do exercício, há a reversão dos dispêndios de FATES para a conta de Sobras ou Perdas Acumuladas, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) O saldo apresentado em Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros refere-se aos recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos e similares, cuja prestação de serviço é pactuada por meio de contrato entre a Cooperativa e a instituição pagadora.

(c) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar estão registrados:



Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Despesas de Pessoal	2.272.113,60	-	2.272.113,60	1.887.940,32	-	1.887.940,32
Custos de Transações Interfinanceiras	61.208,02	-	61.208,02	53.423,36	-	53.423,36
Seguro Prestamista	561.705,54	-	561.705,54	222.036,03	-	222.036,03
Despesas com Cartões	202.443,41	-	202.443,41	182.596,89	-	182.596,89
Valores a Pagar – Domicílio Bancário	317.067,77	-	317.067,77	164.638,50	-	164.638,50
Segurança e Vigilância	134.789,10	-	134.789,10	135.300,22	-	135.300,22
Manutenção e Conservação de Bens	24.796,44	-	24.796,44	8.525,00	-	8.525,00
Transporte	18.657,07	-	18.657,07	17.929,74	-	17.929,74
Seguro	7.816,20	-	7.816,20	7.053,29	-	7.053,29
Compensação	19.564,57	-	19.564,57	196.688,61	-	196.688,61
Aluguéis	-	-	-	6.695,34	-	6.695,34
Outras Provisão para Pagamentos a Efetuar	215.495,13	-	215.495,13	71.132,21	-	71.132,21
TOTAL	3.835.656,85	-	3.835.656,85	2.953.959,51	-	2.953.959,51

(d) Os saldos em Credores Diversos – País referem-se:

Descrição	31/12/2024			31/12/2023		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Pendências a Regularizar Banco Sicoob	3.673,18	-	3.673,18	5.248,22	-	5.248,22
Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação	46.400,33	-	46.400,33	19.808,02	-	19.808,02
Credores Diversos-Liquidação Cobrança	917,30	-	917,30	5.994,79	-	5.994,79
Diferença de Caixa	3.190,61	-	3.190,61	43.644,96	-	43.644,96
Créditos de Terceiros	3.049,67	-	3.049,67	3.049,67	-	3.049,67
Valor a Pagar de Honras pelos Fundos Garanti- dores	1.058,58	-	1.058,58	97.661,09	-	97.661,09
Pendências a Regularizar	75.630,94	-	75.630,94	22.111,79	-	22.111,79
Valores a Liquidar Consignado	-	-	-	3.504,17	-	3.504,17
Desconto Folha Pgto – Crédito Consignado	131.261,15	-	131.261,15	117.862,33	-	117.862,33
Outros Credores Diversos – País	244.754,44	-	244.754,44	57.113,03	-	57.113,03
TOTAL	509.936,20	-	509.936,20	375.998,07	-	375.998,07



## 20. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas–partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) e integralizado por seus Associados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas–partes.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	56.672.378,67	51.324.809,49
Quantidade de Cooperados	25.393	25.049

No período de 31 de dezembro de 2024, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$161.410,00 com recursos do Sicoob Cotas Partes.

### b) Reserva Legal

Representado pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizado para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

### c) Fundos Voluntários

O Fundo Especial para Aplicação em Projetos Socioambientais, é um fundo estatutário, representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 2%, e tem como objetivo apoiar ações desenvolvidas por entidades com foco na educação, cultura, esporte, saúde, inovação, contribuindo desta forma, para o desenvolvimento das comunidades da área de atuação da cooperativa. O prazo de liquidação do Fundo Especial para Aplicação em Projetos Socioambientais, é o ano de 2025.

### d) Reserva para Contingências

A reserva de contingência foi constituída em assembleia realizada em 25/04/2024, com parte das sobras do exercício de 2023 com a finalidade de absorver os possíveis impactos da implantação da Resolução 4.966/2021. Caso o saldo remanescente não seja utilizado será destinado ao fundo de reserva ou sobras acumuladas.

### e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do CMN, por meio da Resolução nº 4.872/2020, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para as quais se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25/04/2024 em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de

dezembro de 2023 da seguinte forma:

- Para Reserva de Contingências, no valor de R\$ 500.000,00;
- Para Fundo Especial para Aplicação em Projetos Socioambientais, no valor de R\$ 35.687,62;
- Para Conta Corrente, no valor de R\$ 1.248.693,51.

#### e) Perdas Rateadas

Conforme deliberado nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 30 de abril de 2015 e de 04 de maio de 2015 e na Assembleia Geral Extraordinária Conjunta de 01 de setembro de 2015, em atendimento ao artigo 132 da Lei nº 6.404/1976, foi deliberado o rateio entre os associados das perdas apuradas pela Cooperativa, no montante total de R\$ 407.733,62, relativas ao exercício de 2015, referente à Incorporação da Cooperativa de Crédito Rural de Bom Jardim – BOM CREDI, que serão pagas através de débito em conta corrente ou recebimento via caixa. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo das perdas rateadas correspondia ao montante de R\$ 149.530,95 (Em 31 de dezembro de 2023 R\$ 149.559,09).

#### f) Destinações Estatutárias e Legais

A seguir, apresentamos as destinações estatutárias e legais, bem como as sobras ou perdas à disposição da Assembleia Geral:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Sobras do exercício	3.071.797,46	4.436.066,16
(+) Absorção de FATES e/ou Fundos Voluntários	388.485,61	24.886,67
Base de cálculo das destinações	3.460.283,07	4.460.952,83
(-) Destinação para o Fundo de Reserva (a)	(1.730.141,54)	(2.230.476,42)
(-) Destinação para o FATES – atos cooperativos (b)	(346.028,31)	(446.095,28)
(+) Sobras não distribuídas de exercícios anteriores	104,19	–
Sobras à disposição da Assembleia Geral	1.384.217,41	1.784.381,13

a) 50% para o Fundo de Reserva, apurado sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES de Ato Não Cooperativo (quando positivo), e é destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa. A AGO poderá determinar destinação de recurso adicional ao Fundo de Reserva, além das destinações previstas no Estatuto Social.

b) 10% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), apuradas sobre a sobras líquidas da provisão dos Juros sobre o Capital Próprio e do FATES Ato Não Cooperativo, e é des-



tinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto no estatuto social, aos empregados da Cooperativa.

A partir do exercício de 2021 a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

## 21. Resultado de Atos Não Cooperativos

São classificados como ato não cooperativo os rendimentos e/ou dispêndios decorrentes de operações realizadas com não associados, sobre os quais há incidência de tributos federais e municipais. Os valores são registrados em separado e o resultado líquido auferido dessas operações, se positivo, é integralmente destinado ao FATES, conforme determina o art. 87 da Lei nº 5.764/1971.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o resultado de atos não cooperativos possui a seguinte composição:

(a) Saldo composto por rendas de comissionamento auferidas na comercialização pela cooperativa de produtos de terceiros aos seus associados (consórcios, seguros e maquininhas de

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	5.579.168,46	5.910.295,71
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.953.185,33)	(1.270.697,23)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(2.040.038,87)	(2.113.178,17)
Resultado operacional	1.585.944,26	2.526.420,31
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(106.802,52)	15.637,49
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.479.141,74	2.542.057,80
IRPJ/CSLL proporcionais	(647.398,54)	(1.001.968,96)
Deduções – Receitas com associados (a)	(4.077.290,49)	(3.667.923,42)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(3.245.547,29)	(2.127.834,57)
TOTAL	27.012.733,73	52.342.544,27

cartões – SIPAG). Tais rendas compõe a base de tributação, por questões específicas à legislação tributária, contudo, por se originarem do relacionamento com os associados da cooperativa, não são destinadas ao Fates de Resultados com Não Associados.



## 22. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Adiantamentos A Depositantes	211.795,45	411.366,28	331.726,82
Rendas de Empréstimos	24.478.080,93	47.266.437,44	41.615.077,12
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.811.686,79	3.971.860,97	4.385.199,11
Rendas de Financiamentos	1.150.500,84	2.215.998,67	1.858.140,67
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Livres	1.116.111,35	1.989.633,52	1.298.160,40
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados à Vista	202.682,01	415.948,59	297.256,12
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados da Poupança Rural	209.959,02	365.870,37	234.884,79
Rendas de Financiamentos Rurais – Recursos Direcionados de LCA	149.391,07	321.403,60	454.327,65
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	993.563,60	1.798.078,24	1.867.771,59
TOTAL	30.323.771,06	58.756.597,68	52.342.544,27

## 23. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas De Captação	(14.088.590,89)	(26.643.956,35)	(25.764.418,99)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(1.627.401,44)	(3.074.976,71)	(3.012.122,96)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de	(9.757.741,74)	(19.224.081,88)	(15.393.712,14)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	3.968.490,09	7.550.672,62	6.860.004,59
Reversões de Provisões para Outros Créditos	100.951,64	190.720,97	286.675,64
Provisões para Operações de Crédito	(12.397.823,04)	(23.825.806,51)	(19.198.395,60)
Provisões para Outros Créditos	(1.429.360,43)	(3.139.668,96)	(3.341.996,77)
TOTAL	(25.473.734,07)	(48.943.014,94)	(44.170.254,09)



## 24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Cobrança	848.263,16	1.772.347,13	1.836.894,32
Rendas por Serviços de Pagamento (a)	2.632.512,96	4.859.260,42	2.678.564,03
Rendas de Convênios	69.930,12	146.028,59	166.291,14
Rendas de Comissão	2.486.521,81	5.335.579,90	4.670.512,59
Rendas de Credenciamento	-	4.696,31	7.595,74
Rendas de Cartões	384.523,08	735.796,95	814.145,26
Rendas de Outros Serviços	2.972.939,53	5.830.572,22	5.368.604,67
Rendas por Antecipação de Obrigações de Transações de Pagamento	538.779,17	981.936,69	481.552,15
TOTAL	9.933.469,83	19.666.218,21	16.024.159,90

a) No exercício de 2023, embasadas pela Resolução CGOA nº 4/2022 e pela Resolução CMN nº 5.051/2022, alterada pela Resolução CMN nº 5.131/2024, as cooperativas do Sicoob passaram a ser coparticipantes do modelo de negócio de emissão de cartões junto com o Banco Sicoob. Dessa forma, o Banco Sicoob e as cooperativas passaram a compartilhar as receitas, os custos e as despesas da operação de emissão. Essa alteração no modelo de negócios, resultou em variações nas receitas e despesas da Cooperativa, em comparação ao ano anterior.

## 25. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	384.235,17	944.717,87	1.009.592,80
Rendas de Serviços Prioritários – PF	574.428,84	1.245.773,69	1.169.639,60
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	149,80	149,80	-
Rendas de Tarifas Bancárias – PJ	1.740.906,33	3.908.967,69	4.030.687,35
TOTAL	2.699.720,14	6.099.609,05	6.209.919,75

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Honorários – Conselho Fiscal	-	-	(66.892,12)
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(1.109.826,81)	(2.234.915,09)	(1.944.102,67)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(2.543.885,28)	(4.960.634,37)	(4.496.739,68)
Despesas de Pessoal – Encargos Sociais	(2.182.136,70)	(4.112.629,79)	(3.607.152,79)
Despesas de Pessoal – Proventos	(5.824.359,50)	(11.103.801,02)	(10.282.407,32)
Despesas de Pessoal – Treinamento	(13.751,20)	(19.984,70)	(20.063,48)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(146.961,74)	(292.655,35)	(248.050,99)
TOTAL	(11.820.921,23)	(22.724.620,32)	(20.665.409,05)

27. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Água, Energia e Gás	(218.592,29)	(416.855,42)	(345.949,86)
Despesas de Aluguéis	(771.137,48)	(1.498.625,59)	(1.405.307,41)
Despesas de Comunicações	(166.169,06)	(328.743,55)	(314.625,88)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(341.680,24)	(633.451,23)	(560.620,91)
Despesas de Material	(100.121,79)	(196.462,75)	(160.289,25)
Despesas de Processamento de Dados	(1.605.208,38)	(3.451.079,36)	(2.931.205,12)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(336.798,76)	(483.552,50)	(638.961,59)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(179.925,74)	(354.359,45)	(426.560,01)
Despesas de Seguros	(109.061,68)	(212.035,71)	(227.525,61)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.406.891,17)	(2.648.182,78)	(2.433.431,59)
Despesas de Serviços de Terceiros	(513.518,36)	(1.006.442,63)	(855.334,43)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(1.079.786,92)	(2.180.947,48)	(2.055.979,10)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(488.016,22)	(1.013.542,15)	(1.095.691,69)
Despesas de Transporte	(341.302,21)	(721.790,12)	(667.119,76)
Despesas de Viagem no País	(83.507,99)	(138.968,72)	(124.828,56)
Despesas de Depreciação/Amortização	(505.076,72)	(986.716,42)	(885.402,32)
Outras Despesas Administrativas (a)	(2.132.437,80)	(4.002.841,74)	(3.220.353,99)
TOTAL	(10.379.232,81)	(20.274.597,60)	(18.349.187,08)



a) Os saldos das Outras Despesas Administrativas estão compostos:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Livros jornais e revistas	(114,14)	(114,14)	-
Condomínio	(3.558,58)	(7.609,06)	(6.885,49)
Contribuição sindical patronal	(65.676,06)	(131.352,18)	(33.324,39)
Emolumentos judiciais e cartorários	(334.371,94)	(554.964,35)	(427.559,09)
Copa/cozinha	(13.657,17)	(22.832,19)	(12.120,17)
Lanches e refeições	(48.707,07)	(82.270,48)	(87.763,91)
Uniformes e vestuários	(6.260,01)	(6.278,51)	(240,00)
Contribuição a OCE	-	-	(49.448,16)
Taxas da junta comercial	(1.568,00)	(3.368,00)	(1.953,00)
Impostos e taxas	(219,25)	(318,89)	(235,80)
Medicamentos	-	(174,70)	(1.190,94)
Marcas e patentes	-	(426,00)	-
Multas e juros diversos	(19.717,53)	(19.717,53)	(3.985,57)
Sistema cooperativista	-	-	(31.195,53)
Mensalidades diversas	(5.001,70)	(10.018,52)	(5.850,09)
Rateio de despesas da Central	(925.821,86)	(1.752.307,97)	(1.275.415,62)
Ações judiciais	(3.500,00)	(22.992,10)	-
Rateio de despesa do Sicoob Conf.	(103.686,64)	(215.767,48)	(195.328,26)
Serviço tesouraria Bancoob	-	-	(814,26)
Alocação de despesas - Central	-	-	(2.198,77)
Desp. Centro de serv. Compart. - CCS	(168.920,44)	(337.269,60)	(339.674,71)
Outras despesas indedutíveis	(4.210,67)	(4.210,67)	(8.016,29)
Outras despesas administrativas	(427.446,74)	(830.849,37)	(737.153,94)
TOTAL	(2.132.437,80)	(4.002.841,74)	(3.220.353,99)



28. Dispêndios e Despesas Tributárias

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Despesas Tributárias	(119.071,98)	(233.358,52)	(244.241,11)
Desp. Impostos s/ Serviços – ISS	(124.020,95)	(268.565,62)	(271.990,94)
Despesas de Contribuição ao COFINS	(103.301,88)	(223.166,74)	(236.411,84)
Despesas de Contribuição ao PIS/PASEP	(73.958,52)	(143.450,83)	(134.881,48)
TOTAL	(420.353,33)	(868.541,71)	(887.525,37)

29. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Recuperação de Encargos e Despesas	31.976,71	81.361,99	58.412,92
Outras – Reversão de Provisões Operacionais	19.076,49	21.382,40	-
Distribuição de sobras da central	-	-	42.088,06
Atualização depósitos judiciais	57,33	57,33	-
Rendas de Repasses Interfinanceiros	10.146,71	25.887,19	-
Outras rendas operacionais	12.497,57	30.574,05	64.116,08
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	1.605.162,70	3.392.375,76	4.127.592,60
Juros ao Capital Recebidos da Central	781.371,71	781.371,71	447.184,15
TOTAL	2.460.289,22	4.333.010,43	4.739.393,81

30. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais



Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Operações de Crédito – Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(56.530,57)	(56.530,57)	(5.507,52)
Despesas de Recursos do PROAGRO	(9,58)	(9,58)	-
Outras Despesas Operacionais	(739.965,43)	(1.116.857,46)	(473.627,43)
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento (a)	(2.662.183,50)	(4.764.876,25)	(2.359.563,35)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(633.678,00)	(1.405.374,10)	(1.424.530,30)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(9.243,53)	(17.889,28)	(28.136,18)
Perdas – Fraudes Internas	(7.675,55)	(13.325,55)	-
Perdas – Fraudes Externas	(279.216,34)	(285.352,04)	(56.227,88)
Perdas – Práticas Inadequadas	(3.125,00)	(4.631,64)	(53.520,73)
Perdas – Falhas em Sistemas de TI	(2,82)	(2,82)	-
Perdas – Falhas de Gerenciamento	-	(2.515,38)	-
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(213.779,40)	(354.821,82)	(70.253,12)
Despesas Vinculadas aos Fundos Voluntários	(36.850,79)	(36.850,79)	(17.623,90)
TOTAL	(4.642.260,51)	(8.059.037,28)	(4.488.990,41)

a) A variação apresentada nas Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento se deve a alteração no modelo de negócios de emissões de cartões, conforme nota explicativa nº 24 (a).

### 31. Despesas com Provisões

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Provisões/Reversões para Contingências	-	-	58.443,36
Reversões de Provisões para Contingências	-	-	58.443,36
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas	(15.328,29)	97.432,43	(54.667,04)
Provisões para Garantias Prestadas	(419.120,58)	(811.800,12)	(1.181.652,13)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	403.792,29	909.232,55	1.126.985,09
TOTAL	(15.328,29)	97.432,43	3.776,32

32. Outras Receitas e Despesas

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Ganhos de Capital	10.551,07	21.162,54	13.444,64
Outras Rendas Não Operacionais	98.454,37	98.589,37	48.963,23
(-) Perdas de Capital	(45.465,08)	(127.768,51)	(46.770,38)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(93.492,77)	(98.785,92)	-
TOTAL	(29.952,41)	(106.802,52)	15.637,49

33. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme a definição da Resolução BCB nº 2/2020, alterada pela Resolução BCB nº 367/2024, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultados não recorrentes nos períodos de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

34. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, bem como entidades que participam do mesmo grupo econômico ou que são coligadas, controladas ou controladas em conjunto pela entidade que está elaborando seus demonstrativos financeiros, conforme CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Comitê de Pronunciamentos Contábeis, em 07/10/2010).

Dessa forma, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, não são consideradas partes relacionadas os membros do Conselho Fiscal. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições, estabelecidas em regulamentação específica.



### 34.1 Transações com Partes Relacionadas e Remuneração de Pessoal Chave da Administração

Natureza da Operação	31/12/2024	31/12/2023
Operações Ativas		
Operação de crédito	2.702.910,32	1.855.203,62
PCLD – Provisão de crédito	74.773,66	23.837,09
Taxa média (a.m.)	2,58%	2,65%
Prazo médio (meses)	127,75	126,09
Operações Passivas		
Depósitos	975.271,32	689.717,58
Letra de Crédito Agronegócio – LCA	1.498.593,97	982.328,03
Letra de Crédito Imobiliário – LCI	-	509.609,79
Taxa Média Depósitos (% do CDI a.m.)	97,77%	98,52%
Taxa Média – LCA (a.m.)	0,9582%	0,9154%
Taxa Média – LCI (a.m.)	0,9836%	0,9318%
Prazo Médio Depósitos (meses)	52,48	51,02
Prazo Médio – LCA (meses)	18,89	16,70
Prazo Médio – LCI(meses)	14,94	14,60
Garantias prestadas	1.668.622,77	1.956.896,48
Capital social	426.921,57	383.751,34
Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	(2.202.034,28)	(1.913.808,48)
Encargos sociais	(437.802,97)	(322.111,09)
Benefícios	(32.880,81)	(30.294,19)



As operações com tais partes relacionadas e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com a observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Conforme a Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a eles são deliberadas em última alçada de aprovação, no âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegado formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da Cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

O pessoal-chave de administração inclui os conselheiros e diretores, anualmente são deliberados os montantes de remuneração, benefícios e plano de previdência complementar na Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento à Lei 5.764/1971 art.44.

### **34.2 Cooperativa Central**

O SICOOB FLUMINENSE, em conjunto com outras Cooperativas Singulares, é filiado à SICOOB CENTRAL RIO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL RIO, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (Cooperativas Singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, por meio dos instrumentos previstos na legislação pertinente e em normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabem ao SICOOB CENTRAL RIO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e o fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.



O SICOOB FLUMINENSE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL RIO perante terceiros, até o limite do valor das cotas–partes do capital que subscrever, proporcionalmente, à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL RIO:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
<b>Operações Ativas</b>		
Ativo – Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira – Nota 4.a)	162.861.202,88	139.475.330,99
Ativo – Participações de Cooperativas – Nota 6.a)	9.308.796,51	6.727.424,80
Total de Operações Ativas	172.169.999,39	146.202.755,79
<b>Operações Passivas</b>		
Passivo – Obrigações por Empréstimos e Repasses – Nota 15.b)	2.025.635,74	4.373.615,89
Total de Operações Passivas	2.025.635,74	4.373.615,89
<b>Receitas</b>	31/12/2024	31/12/2023
Ingressos de Depósitos Intercooperativos – Nota 4.a)	15.347.572,77	14.213.027,71
<b>Despesas</b>		
Rateio de Despesas da Central – Nota 27.a)	(1.752.307,97)	(1.275.415,62)
Alocação de Despesa da Central – Nota 27.a)	-	(2.198,77)
Total das Despesas	(1.752.307,97)	(1.277.614,39)

### 35. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/2021, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado a seguir o cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio de referência (PR)	62.683.596,65	57.834.225,59
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	343.499.580,85	274.224.272,51
Índice de Basileia (mínimo 12%)	18,24%	19,74%
Imobilizado para cálculo do limite	7.849.069,30	7.379.358,93
Índice de imobilização (limite 50%)	12,52%	12,75%

### 36. Benefícios a Empregados

A Cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus empregados, na modalidade de contribuição definida. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada– Sicoob Previ.

A Cooperativa não possui benefícios de pós emprego a seus empregados, conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), apenas benefícios de curto prazo, conforme montantes apresentados a seguir:

Descrição	2º sem/24	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição Previdência Privada	(30.561,77)	(55.538,43)	(46.015,46)
TOTAL	(30.561,77)	(55.538,43)	(46.015,46)

### 37. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, buscando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e a Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital, são aprovadas pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, riscos de crédito, social, ambiental e climático, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, cibernético e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo a adequada disseminação de informações e do fortalecimento da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.



São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das Cooperativas.

### **37.1 Risco operacional**

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para a determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

### **37.2 Risco de Crédito**

As diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS,

que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações, e no monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos, garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias, incluindo limites de riscos;

- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para a avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse, identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

### **37.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros**

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros estão descritas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado e do Risco de Variação das Taxas de Juros e no Manual de Gerenciamento do Risco de Mercado e do IRRBB, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para as Cooperativas do segmento S3 e S4.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros é proporcional à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, adequada ao perfil dos riscos e à importância sistêmica da cooperativa, e capacitada para avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a cooperativa atua.





O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das Cooperativas.

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui:

a) O risco de variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação;

b) O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O IRRBB é definido com o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Para a mensuração do risco de mercado das operações contidas na carteira de negociação, são utilizadas metodologias padronizadas do Banco Central do Brasil (BCB), que estabelece critérios e condições para a apuração das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para a cobertura do risco decorrente da exposição às taxas de juros, à variação cambial, aos preços de ações e aos preços de mercadorias (commodities).

Para a mensuração do risco das operações da carteira bancária sujeitas à variação das taxas de juros, são utilizadas duas metodologias que avaliam o impacto no:

a) valor econômico ( $\Delta EVE$ ): diferença entre o valor presente do reapreçamento dos fluxos em um cenário base e o valor presente do reapreçamento em um cenário de choque nas taxas de juros;

b) resultado de intermediação financeira ( $\Delta NII$ ): diferença entre o resultado de intermediação financeira em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento do risco de mercado e do IRRBB das Cooperativas é realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciam, no mínimo:

a) o valor do risco e o consumo de limite da carteira de negociação, nas abordagens padronizadas pelo BCB;

b) os limites máximos do risco de mercado;

- c) o valor de marcação a mercado dos ativos e passivos da carteira de negociação, segregados por fatores de risco;
- d) o valor do risco e consumo de limite da carteira bancária, nas abordagens de valor econômico e do resultado de intermediação financeira, de acordo com as exigências normativas aplicáveis a cada segmento S3 e S4;
- e) os descasamentos entre os fluxos de ativos e passivos, segregados por prazos e fatores de riscos;
- f) os limites máximos do risco de variação das taxas de juros (IRRBB);
- g) a sensibilidade para avaliar o impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa da carteira, quando submetidos ao aumento paralelo de 1 (um) ponto-base na curva de juros;
- h) o valor presente das posições, descontadas pela expectativa de taxa de juros futuros da carteira de ativos e passivos;
- i) o resultado das perdas e dos ganhos embutidos (EGL);
- j) resultado dos testes de estresse.

### 37.4 Risco de Liquidez

As diretrizes para o gerenciamento do risco de liquidez estão definidas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira, na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez e no Manual de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O Sicoob dispõe de área especializada para o gerenciamento do risco liquidez, com o objetivo de assegurar que o risco das Cooperativas seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e nos manuais institucionais.

O gerenciamento do risco de liquidez das Cooperativas do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente com as boas práticas de gestão.

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado, ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.



Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento do risco de liquidez das Cooperativas, realizado por meio da análise e avaliação do conjunto de relatórios, remetidos a órgãos de governança, comitês e alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) limite mínimo de liquidez;

a.2) fluxo de caixa projetado;

a.3) aplicação de cenários de estresse;

a.4) definição de planos de contingência.

b) relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

Os resultados dos testes de estresse aplicando os cenários de estresse, tem por objetivo identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das cooperativas do Sicoob.

### **37.5 Riscos Social, Ambiental e Climático**

As diretrizes para o gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático é realizado com o objetivo de conhecer e mitigar riscos significativos que possam impactar as partes interessadas, além de produtos e serviços do Sicoob.

O Sicoob adota a Política Institucional de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) na classificação da exposição das operações de crédito aos riscos sociais, ambientais e climáticos. A partir das orientações estabelecidas, é possível nortear os princípios e diretrizes visando contribuir para a concretização adequada à relevância da exposição aos riscos.

**Risco Social:** o processo de gerenciamento do risco social visa garantir o respeito à diversidade e à proteção de direitos nas relações de negócios e para todas as pessoas, avaliam impactos negativos e perdas que possam afetar a imagem do Sicoob.

**Risco Ambiental:** o processo de gerenciamento do risco ambiental consiste na realização de avaliações sistêmicas por meio da obtenção de informações ambientais, disponibilizadas por órgão competentes, observando potenciais impactos.

**Risco Climático:** o processo de gerenciamento do risco climático consiste na realização de avaliações sistêmicas considerando a probabilidade da ocorrência de eventos que possam ocasionar danos de origem climática, na observância dos riscos de transição e físico.

Os riscos social, ambiental e climático são observados nas linhas de negócios do Sicoob, seguindo os critérios de elegibilidade abaixo e avaliação desenvolvidos e divulgados nos manuais internos, em conformidade com as normas e regulamentações vigentes:

- a) setores de atuação de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição aos riscos social, ambiental e climático.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo ou infantil.

De modo a observar a propensão ao risco das atividades econômicas das contrapartes, foi elaborada a Lista de Setores Sensíveis e a Lista de Exclusão, considerando os impactos causados ao meio ambiente e na sociedade como um todo, acidentes de trabalho, exposições em mídia, fontes de receita, sensibilidade da legislação aplicável no exercício das atividades, práticas de mercado, apetite a risco institucional e risco de imagem.

O limite de concentração da exposição em setores sensíveis é de 15% (quinze por cento), considerando o saldo devedor dos setores, de forma consolidada, sobre a carteira total da cooperativa.

### **37.6 Gerenciamento de Capital**

O gerenciamento de capital com finalidade avaliar e acompanhar os índices mínimos de capital regulamentar e gerencial, com intuito de manter a necessidade de capital adequada aos objetivos estratégicos das entidades do Sicoob.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificarem, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital alinhado aos objetivos estratégicos, principais fontes de capital e plano de contingência.

Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração das instituições.



### **37.7 Gestão de Continuidade de Negócios**

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
  - b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
  - c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
  - d) continuidade planejada das operações (ativos de TI, inclusive pessoas, instalações, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e depois da interrupção;
  - e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).
- O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificar os processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN tem base nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, revisados e testados, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente, são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.



### 37.8 Risco Cibernético

O gerenciamento de Risco Cibernético compõe a Gestão Integrada de Riscos e abrange os riscos relacionados a segurança de sistemas, redes, infraestruturas, dados e usuários, assegurando uma abordagem abrangente para proteger as entidades do Sicoob contra ameaças no ambiente cibernético.

As diretrizes para o gerenciamento do risco cibernético estão definidas na Política Institucional de Risco Cibernético e no Manual de Risco Cibernético, aprovados pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e procedimentos padronizados para as entidades do Sicoob.

O ciclo de identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco cibernético é realizado, no mínimo, bienalmente. Em casos excepcionais, a Diretoria Executiva do CCS poderá prorrogar ou antecipar o prazo do ciclo.

### 38. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e pelos agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

CAMPOS DOS GOYTACAZES-RJ  
 NEILTON RIBEIRO DA SILVA  
 DIRETOR PRESIDENTE  
 CHARLES ANTÔNIO DE SOUZA MEDINA FARIA  
 DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO  
 MARCOS LINCOLN DE SOUZA MUNIZ  
 DIRETOR OPERACIONAL  
 SHEYLA BARBOSA DA COSTA AZEVEDO  
 DIRETORA RISCOS E CONTROLES  
 ELAINE CRISTINA NETO  
 CONTADORA – CRC/MG-082.177 35

**Central de Atendimento**

Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111  
Demais localidades: 0800 642 0000

**SAC 24h**

0800 724 4420

**Ouvidoria Sicoob**

Atendimento seg. a sex. das 8h às 20h | 0800 725 0996  
[www.ouvidoriasicoob.com.br](http://www.ouvidoriasicoob.com.br)

**Deficientes auditivos ou de fala**

Atendimento seg. a sex. das 8h às 20h | 0800 940 0458

**Demais serviços de atendimento**

[sicoob.com.br](http://sicoob.com.br)

